

Pedra & Cal

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

Património imaterial

REFLEXÕES

Onde mora a alma de um povo

ENTREVISTA

Sara Pereira e Rui Vieira Nery

Fado é candidato a Património Cultural Imaterial

Ano XII - N.º 48 Outubro/Novembro/Dezembro 2010 - Publicação trimestral - Preço € 5,00 (IVA incluído)



00048

5 460772 467723



1



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.



4



2



3



5

É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente.

A Monumenta assume-se como empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Tirando partido do saber-fazer dos seus operários e da elevada especialização dos seus quadros, a Monumenta está em condições de executar, em obra, intervenções de natureza construtiva e estrutural, privilegiando técnicas pouco intrusivas, como:

- Instalação de dispositivos destinados a melhorar as ligações entre elementos estruturais;
- Execução de rebocos estruturais;
- Reforço de alvenarias por confinamento;
- Execução de tirantes de diversos tipos;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de elementos estruturais de madeira;
- Reforço de fundações;
- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Reintegração, consolidação e reforço de cantarias;
- Conservação e restauro do património integrado.

Fotografias:

- 1, 2 - Instalação de dispositivo de melhoria da ligação piso-parede
- 3, 4 - Injecção de pregagens de manga flexível para fixação de ancoragem de tirante
- 5 - Preparação dos trabalhos de injecção de pregagens de manga flexível

A Monumenta é uma empresa do Grupo Stap



R. Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Dt.º 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 593 361 Fax.: 213 153 659

monumenta@monumenta.pt
www.monumenta.pt

Tema de Capa:

Património imaterial

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º 48 Outubro/Novembro/Dezembro 2010

Propriedade e edição:

GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.
1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503 980 820

Director: Vítor Cóias

Coordenação: Joana Gil Morão

Conselho redactorial: Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Cátia Teles e Marques, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice da Costa Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número: A. Jaime Martins, Alexandre Parafita, Aníbal Costa, Antero Leite, António Cabral, António Oliveira, Carlos Costa, Carlos Ferreira da Costa, Clara Bertrand Cabral, Constança Saraiva, Elisabete Conceição, Esmeralda Paupério, Filipe Mário Lopes, Isabel Raposo de Magalhães, Jorge Mascarenhas, José Aguiar, Luís Mota Figueira, Miguel Brito Correia, Pedro Grenha, Regis de Souza Barbosa, Xavier Romão

Design gráfico e produção:

Canto Redondo – Edição e Produção, Ld.ª
Rua da Beneficência, 74 - 1.º

1600 - 022 Lisboa

E-mail: geral@cantoredondo.eu

Publicidade:

GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.
1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Impressão e acabamento:

Rolo & Filhos II, S. A.

Distribuição: VASP, S. A.

Depósito legal: 128444/98

Registo no ERC: 122549

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 2500 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

EDITORIAL 2

SÓCIOS APOIANTES 3

POLÍTICAS PÚBLICAS 4

A Convenção do Património Cultural Imaterial
Contexto e aplicação na reabilitação do edificado
(Clara Bertrand Cabral)

8

Instituto dos Museus e da Conservação
Programa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal
(Paulo Ferreira da Costa)

REFLEXÕES 12

Património Imaterial
Onde mora a alma de um povo
(Alexandre Parafita)

TÉCNICAS TRADICIONAIS 14

As construções em pasta
(Antero Leite)

ENTREVISTA 17

Sara Pereira e Rui Vieira Nery
Fado
Candidato a Património Cultural Imaterial

ESTUDO DE CASO 20

O Projecto Museológico do Museu Agrícola de Riachos – Casa-Memorial Humberto Delgado
Do conhecimento tácito ao conhecimento explícito
(Luís Mota Figueira)

22

Rugologia
O Arquivo da Rua
(Constança Saraiva)

24

Proposta de refuncionalização para o lagar do Pomarinho – Santiago do Escoural
Programa preliminar de intervenção museológica
(Pedro Grenha)

PATRIMÓNIO MUSICAL 26

A Organaria enquanto bem identitário
(António Oliveira, Carlos Costa)

CONSTRUÇÃO & AMBIENTE 29

O automóvel eléctrico nas cidades portuguesas
Uma solução pouco amiga do ambiente
(Jorge Mascarenhas)

LEGISLAÇÃO 33

Cem anos do maior Decreto de Classificação
(Miguel Brito Correia)

TECNOLOGIAS 34

Novas tecnologias ao serviço do património
A fotografia panorâmica 360º e realidade virtual
(António Cabral)

OPINIÃO 36

Consulta Pública do Plano de Pormenor da Baixa Pombalina
(Filipe Mário Lopes)

DIVULGAÇÃO 38

Ruin'arte
Um ano de defesa do Património
(Regis Barbosa)

40

Criação do Comité Nacional do Escudo Azul
(Isabel Raposo de Magalhães, Esmeralda Paupério, Xavier Romão, Aníbal Costa)

AS LEIS DO PATRIMÓNIO 41

O Código dos Contratos Públicos
O Júri do Procedimento
(A. Jaime Martins)

NOTÍCIAS 42

AGENDA 44

VIDA ASSOCIATIVA 45

LIVRARIA 48

ASSOCIADOS GECORPA 50

PERSPECTIVAS 52

O Mar foi ontem o que o património pode ser hoje!
(José Aguiar)

Capa



As "Brincas" do Entrudo em Évora são manifestações tradicionais cujas origens se perdem no tempo e que fazem parte da memória e identidade dos eborenses.

Fotografia: António Cabral / Digisfera



12 anos de *Pedra & Cal* Tempo para “desmaterializar”

No seu livro “*Les sept savoirs nécessaires à l’éducation du futur*”, Edgar Morin destaca a importância do ensino da **compreensão**, como meio e fim da comunicação entre humanos, face à extraordinária diversidade das culturas que hoje se confrontam na aldeia global. A compreensão é o caminho por excelência para aceitar o outro, e desse modo, atacar as raízes da guetização e das suas manifestações extremas, o racismo e a xenofobia.

A coexistência na aldeia global de milhares de milhões de humanos com antecedentes culturais tão variados será impossível se, a par de uma adesão generalizada aos valores universalmente reconhecidos, o essencial das suas referências identitárias não for salvaguardado e respeitado. Nesse sentido, a divulgação da noção de **património cultural imaterial**, a partir de uma iniciativa de um conjunto de intelectuais marroquinos ligados à UNESCO e consolidada na **convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial**, adoptada pelos estados membros em 2003, é uma etapa recente mais decisiva.

O património cultural passou, assim, a englobar não só as construções, as esculturas, pinturas e outros objectos físicos – o património cultural *material* – que recebemos das gerações passadas e de que tanto nos orgulhamos, mas também o património cultural *imaterial*: tradições orais, saberes ancestrais, músicas, cantares e danças tradicionais, ou seja, todo um conjunto de referências identitárias tão importantes para certas comunidades humanas como os monumentos e edifícios históricos são para outras.

É justamente ao Património imaterial que a *P&C* dedica este derradeiro número de 2010, o seu décimo segundo ano de edição contínua. Quarenta e nove números (contando com o “número zero”, publicado ainda em Novembro de 1997) e outros tantos temas de capa focados, quase duas mil e setecentas páginas de conteúdos relacionados com a conservação do Património e a reabilitação do edificado, a *P&C* precisa de se transformar, para se adaptar à evolução das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e aumentar a sua presença na Internet.

Fecha-se, com o presente número, um ciclo da *P&C*. A partir do próximo número a nossa (vossa) revista adoptará um novo figurino e uma nova orientação e tenderá, ela própria, a “desmaterializar-se” e a apoiar-se cada vez mais na Internet em vez do papel, em linha com a renovação e revitalização do sítio de Internet do GECORPA.

Esta mudança é natural. Nos doze anos do actual formato da revista, assistimos a uma rápida evolução na acessibilidade à informação. As velocidades de transmissão de informação são hoje de 120 Mbps, quando em 1997 era, no máximo, de 2Mbps. A utilização da Internet sofreu evolução vertiginosa. Em 1997, em Portugal, a Internet era utilizada por menos de 6% da população. Em 2010 estima-se que este número tenha ultrapassado os 57%. O aumento de clientes da Internet condicionou a quantidade de domínios registados e activos. Se em 1997 seriam cerca de escassos milhares, hoje este número situa-se na ordem do milhão.

Os computadores pessoais diminuíram no tamanho e cresceram no desempenho. As memórias RAM passaram de poucas centenas de Mb para perto de uma dezena de Gb e os “discos rígidos” de cerca de 20 Gb para mais de 500 Gb. Novos *gadgets* ajudam a substituir o papel: *iPads*, *e-Books*, meios de informação muito mais dinâmicos e potentes, onde o vídeo, como complemento dinâmico e sonoro da imagem ocupa um lugar cada vez mais importante, proporcionando uma qualidade crescente.

Tudo isto impõe mudanças, e a *P&C* não é excepção.

A “missão” a que eu me referi no editorial do n.º 0 da *Pedra & Cal* – ajudar os profissionais e as empresas da conservação do Património a fazerem um melhor trabalho – não mudou, e muito menos está completa. Talvez nunca o esteja, enquanto houver Património e mulheres e homens interessados em o conservar.

Quero, por último, agradecer a todos os que colaboraram e acompanharam o projecto *Pedra & Cal*, e, em particular, aos Autores e aos membros do Conselho Redactorial, o generoso contributo que deram à revista ao longo destes doze anos.

Vitor C6ias

Os sócios apoiantes são a base do sucesso do GECORPA

O GECORPA manifesta o seu reconhecimento aos sócios apoiantes, cuja continuada dedicação tem permitido avançar na defesa da qualidade na conservação do património arquitectónico e na reabilitação das construções existentes.



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

MONUMENTA – Conservação e
Restauro do Património Arquitectónico, Ld.^a
monumenta@monumenta.pt
www.monumenta.pt



SOMAFRE - Construções, S. A.
mail@somafre.pt . www.somafre.pt



Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas, S.A.

STAP - Reparação, Consolidação
e Modificação de Estruturas, S. A.
info@stap.pt . www.stap.pt



Tintas Robbialac S.A.

TINTAS ROBBIALAC, S. A.
robbialac@robbialac.pt . www.robbialac.pt

UMBELINO MONTEIRO

COBERTURAS PARA A VIDA

Os telhados não são só paisagem, fazem parte da nossa vida. A história da Umbelino Monteiro, S. A. confunde-se com o percurso da evolução e da afirmação das grandes cerâmicas de construção portuguesas. As elegantes moradias de luxo, pontos privilegiados de bom gosto e requinte, valorizam-se com soluções ora modernas, ora tradicionais. Podemos afirmar que os telhados nacionais devem boa parte da sua beleza e criatividade à capacidade inovadora e à dinâmica de progresso que tem orientado este trajecto com mais de 50 anos.

A Umbelino Monteiro, S. A. está consciente de que produz um dos mais intemporais bens, mas é precisamente por essa força de razão que orienta a sua postura no mercado segundo três vectores que considera de importância capital... Inovação, Ambiente e Qualidade.

A defesa do ambiente é uma prioridade estratégica da empresa que está determinada em assegurar elevados níveis de qualidade de produtos e serviços. Foram necessários alguns anos de investigação, estudos e desenvolvimentos tecnológicos, para hoje se poder dizer que estamos perante um produto de altíssima qualidade, com propriedades únicas e pronto para ultrapassar os limites dos projectistas mais ousados.

UMBELINO MONTEIRO, S. A.
Rua do Areeiro . 3105-218 Meirinhas - PBL
Tel.: 236 949 000 . Fax: 236 949 049
geral@umbelino.pt . www.umbelino.pt

As empresas apoiantes são divulgadas na *Pedra & Cal* e no sítio de Internet do GECORPA.
Torne-se sócio apoiante e conheça todas as vantagens, contactando o GECORPA.

E-mail: info@gecorpa.pt Tel.: 21 354 23 36 Fax: 21 315 79 96

A Convenção do Património Cultural Imaterial

Contexto e aplicação na reabilitação do edificado

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada pela UNESCO em 2003, entrou em vigor em Portugal a 21 de Agosto de 2008. Apesar de já terem decorrido mais de dois anos, esta Convenção, os seus objectivos e a sua aplicabilidade a casos concretos são ainda pouco conhecidos do grande público.



António Calral

As “Brincas” do Entrudo em Évora são manifestações tradicionais cujas origens se perdem no tempo e que fazem parte da memória e identidade dos eborenses.

O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DE ACORDO COM A UNESCO

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial faz parte de um conjunto de sete convenções da UNESCO que incidem sobre áreas da cultura tão díspares como os direitos de autor, os bens materiais, o património construído, os bens naturais e a diversidade das expressões culturais.¹ Além da salvaguarda do património cultural imaterial (PCI), esta Convenção tem igualmente por objectivos fomentar o respeito pelo património das comunidades, dos grupos e dos indivíduos, promover a sensibilização

para a importância desse património e criar condições para a cooperação e o auxílio internacionais.

De acordo com a Convenção, constituem património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões que as comunidades e os grupos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. O património cultural imaterial caracteriza-se por ser transmitido de geração em geração, ser constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, e ainda por incutir nos seus detentores um sentimento de

identidade e de continuidade. Por conseguinte, o património cultural imaterial abrangido pela Convenção é apenas aquele que existe na actualidade e que faz parte da vida das comunidades, servindo os aspectos históricos apenas para melhor compreender este “património vivo”.

Embora a Convenção esteja principalmente vocacionada para salvaguardar os elementos patrimoniais intangíveis, os bens materiais relacionados, como por exemplo os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais associados às manifestações do património cultural imaterial deverão igualmente ser salvaguardados. Revela-se aqui um primeiro ponto de interesse para as entidades que se dedicam à reabilitação do edificado, dado que os bens imóveis associados ao PCI são igualmente abrangidos pela Convenção, devendo a sua conservação ser efectuada no contexto de planos de salvaguarda que abarquem todas as vertentes do património cultural imaterial.

COMPLEMENTARIDADE COM A CONVENÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Quando se menciona a protecção do património no contexto da UNESCO, lembramo-nos imediatamente da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, adoptada por aquela Organização em 1972 e sobejamente conhecida

(ainda que por vezes mal compreendida).

Esta Convenção condicionou e informou a Convenção do Património Cultural Imaterial de diversas formas, sendo importante recordar aqui a complementaridade entre ambas, tanto no que se refere à tipologia dos bens abrangidos como à distribuição geográfica dos elementos passíveis de classificação. Acresce que a evolução do conceito de património verificada entre as duas adopções está claramente reflectida no texto da Convenção de 2003.

A Convenção do Património Mundial considerava património cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse e, partir de 1992, as paisagens culturais. Desde então, tem sido dada uma importância crescente aos aspectos imateriais dos bens patrimoniais, circunstância que levou o ICOMOS a aprovar em 2008 a *Declaração sobre a preservação do espírito do lugar*. Todavia, só em casos muito excepcionais é possível invocar apenas os aspectos intangíveis, expressos no critério (vi) de avaliação do valor universal excepcional, para classificar bens como Património Mundial.²

Outro aspecto importante a considerar prende-se com os manifestos desequilíbrios geográficos na Lista do Património Mundial, já que 49% dos bens classificados estão situados na região Europa e América do Norte.³ Nestas circunstâncias, a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade apresenta-se como uma contrapartida à Lista do Património Mundial, permitindo a classificação de bens provenientes de regiões que possuem menos património construído classificável, mas que são detentoras de inúmeras manifestações culturais imateriais.

Um factor distintivo essencial que reflecte a modificação do paradigma patrimonial é o conceito de autenticidade, fundamental na Convenção do Património Mundial conforme estipulado na *Carta de Veneza* de



A salvaguarda do património cultural imaterial ligado à pesca na Ericeira deveria incluir os conhecimentos, as artes de pesca, as embarcações, o porto de pesca e as tradições associadas, incluindo a confecção do prato tradicional "caneja de infundice".



O património cultural imaterial conjuga tradição e modernidade, como nesta peça de artesanato alentejano em que a reprodução d'"A Última Ceia" em cortiça é apresentada numa caixa que faz lembrar uma televisão.



A transmissão do conhecimento assegura a salvaguarda do património cultural imaterial e pode ser realizada de modo formal, como por exemplo nos cursos das Escolas de Hotelaria e Turismo.

1964, mas ausente na Convenção de 2003, por se considerar que este tipo de património se encontra em permanente transformação. Esta particularidade é formalmente reconhecida na *Declaração de Yamato* de 2004 onde se declara que «o termo autenticidade, tal como aplicado ao património cultural tangível, não é relevante na identificação e salvaguarda do património cultural imaterial». Também, os conceitos de valor universal excepcional e de representatividade não são referidos no texto da Convenção de 2003, apesar de serem decisivos na Convenção de 1972.

Finalmente, a Convenção do Património Cultural Imaterial favorece a participação cívica e fomenta a cidadania, ao exigir que o Estado assegure a mais ampla participação pos-

sível das comunidades e grupos em todas as fases do processo de salvaguarda, desde a inventariação à inscrição nas Listas. Apesar de o envolvimento das populações ser actualmente considerado muito desejável na aplicação da Convenção de 1972, este aspecto é levado ao extremo na Convenção de 2003, a qual apenas abrange o património cultural imaterial que as comunidades e grupos efectivamente reconhecem e desejam salvaguardar.

VERTENTES DA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

As convenções da UNESCO não se esgotam na sua vertente mais mediática, que é a da inclusão de bens nas Listas respectivas. Apesar de esta ser a característica mais visí-

vel e aquela que mais paixões e razões suscita, toda a investigação, análise e debate em torno dos conceitos e práticas relacionadas com as convenções, antes e após a sua adopção, são tão importantes quanto o normativo, sendo estas reflexões frequentemente transpostas para os textos que orientam a aplicação das convenções.

A Convenção de 2003 define “salvaguarda” como as medidas que visam assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse património.

A nível internacional, a salvaguarda do património cultural imaterial realiza-se mediante a inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente, ou ainda através do reconhecimento e divulgação dos programas, projectos e actividades de salvaguarda que melhor reflectem os princípios e objectivos da Convenção.

A nível nacional, assume especial relevância a constituição de inven-

tários dos elementos do património cultural imaterial existentes no território dos Estados parte, exigência inovadora entre as convenções da UNESCO e critério obrigatório para a inscrição de elementos nas Listas. A salvaguarda do património cultural imaterial poderá ainda efectuar-se através do incremento da função do PCI na sociedade e da integração da sua salvaguarda nos programas de planeamento; do estímulo à realização de estudos científicos, técnicos e artísticos tendo em vista uma salvaguarda eficaz; e da facilitação do acesso à informação relacionada com o PCI, respeitando as práticas consuetudinárias que regulam o acesso a determinados aspectos específicos desse património.

Outras medidas visam assegurar um maior reconhecimento e respeito pelo património cultural imaterial e estimular a sua promoção através de programas de educação, sensibilização e informação; de acções de formação no seio das comunidades e grupos envolvidos; de actividades de capacitação para a salvaguarda do património cultural imaterial; do apoio a meios não formais de transmissão do conhecimento; e da educação para a protecção dos espaços naturais e lugares de memória.

O DOMÍNIO DAS “APTIDÕES LIGADAS AO ARTESANATO TRADICIONAL” E A REABILITAÇÃO DO EDIFICADO

Nem todas as manifestações consideradas património cultural imaterial são salvaguardadas pela Convenção, que se aplica especificamente a cinco domínios, podendo um elemento pertencer simultaneamente a mais que um deles: a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; b) Artes do espectáculo; c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos; d) Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; e) Aptidões ligadas ao artesanato tradicional.⁴

Este último domínio revela especial interesse na reabilitação do património edificado, uma vez que abarca os saberes-fazer relacionados com práticas construtivas tradicionais. Importa aqui sublinhar que o objectivo da Convenção não é proteger os produtos artesanais em si, mas antes promover as competências e os conhecimentos necessários à sua produção. Desta forma, a salvaguarda deverá centrar-se na criação de condições que incentivem os artesãos a continuar a fabricar os seus produtos e a transmitir o seu saber-fazer a outros, em especial às gerações mais novas.

O respeito pela autenticidade do património construído, conforme indicado no *Documento de Nara sobre Autenticidade* de 1994, recomenda que sejam utilizados materiais e técnicas tradicionais na reabilitação do edificado, podendo a aplicação da Convenção de 2003 facilitar o cumprimento deste requisito. Por um lado, ao incentivar a transmissão do conhecimento através de meios formais e não formais, aumenta a possibilidade de serem desenvolvidas acções de formação em técnicas construtivas tradicionais e nas diferentes áreas relacionadas com a recuperação e restauro dos bens patrimoniais; por outro lado, a divulgação da Convenção e dos seus objectivos, juntamente com o capital de atracção que a designação UNESCO transporta, poderá incentivar as gerações mais novas a se interessarem pela aprendizagem das técnicas artesanais.

Em relação às Listas da Convenção do Património Cultural Imaterial, existem apenas dois elementos relacionados com técnicas de construção já classificados na Lista Representativa: os saberes-fazer ligados à arquitectura tradicional chinesa de estruturas com madeiramento à vista, candidatos em 2009 pela China, e o Dae-mokjang, arquitectura tradicional em madeira, apresentado pela República da Coreia em 2010.



C.M. Guimarães / Gabinete Técnico Local

As técnicas construtivas tradicionais constituem uma forma de património cultural imaterial que assegura a autenticidade dos sítios Património Mundial.



António Cabral

A viabilidade de muitas manifestações centenárias do património cultural imaterial passa pela utilização de instrumentos e equipamentos não tradicionais, como acontece nas salinas de Aveiro.

APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EM PORTUGAL

Fora dos circuitos académicos e profissionais, a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial é ainda mal conhecida em Portugal. Sendo um normativo já em vigor no nosso país, cuja essência reside na participação alargada de todos os envolvidos, é urgente divulgar e promover a Convenção para que a salvaguarda do património cultural imaterial possa ser potenciada e enquadrada por este normativo.

O modelo mais recente de património cultural imaterial preconiza que apenas é possível manter uma tradição viva se as condições necessárias à reprodução cultural forem asseguradas, o que implica apoiar e valorizar os “detentores” e os “transmissores” desse património, bem como o seu modo de vida e meio envolvente, salvaguardando a totalidade do sistema como uma entidade viva.⁵ Neste sentido, a aplicação eficaz da Convenção só será possível mediante o contributo de diferentes áreas disciplinares e recorrendo à constituição de parcerias variadas, inovadoras e criativas entre entidades públicas de tutelas diferentes, entre entidades públicas e privadas, entre os vários actores da sociedade civil, entre grupos e comunidades e o Estado. Existem já inúmeras enti-

dades que desenvolvem no terreno iniciativas de salvaguarda do património cultural imaterial às quais urge dar maior visibilidade, por forma a que seja possível partilhar experiências e boas práticas, criando sinergias entre os diversos actores envolvidos.

No que se refere ao património edificado, a Convenção poderá constituir um valioso complemento à Convenção do Património Mundial contribuindo para o reconhecimento e transmissão dos saberes-fazer tradicionais, indispensáveis à conservação dos imóveis. Ao alertar para a importância do “espírito do lugar” e ao incluir os bens materiais na noção de património cultural imaterial, a Convenção de 2003 sublinha a complementaridade entre os dois tipos de património, uma vez que sem o património material, o património imaterial se torna demasiado abstracto; e sem o património imaterial, o património material transforma-se uma série de objectos ou sítios ilegíveis.⁶

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi já ratificada por 133 Estados, o que revela o interesse que tem suscitado a nível internacional. As inúmeras reuniões e projectos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da UNESCO são divulgados no website desta Organização, sendo aí igualmente disponibilizada informação sobre os elementos inscritos nas Listas da Convenção.⁷ Portugal só agora começou a ganhar visibilidade nesta área com a apresentação da candidatura do Fado à Lista Representativa, que se prevê seja examinada pelo Comité do Património Cultural Imaterial no próximo ano. Independentemente da desejável apresentação em breve de outras candidaturas, o mais importante é a tomada de consciência de que existe um património cultural português a que se dá a designação de imaterial que urge dar a conhecer e salvaguardar. ■

NOTAS

¹ Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954); Convenção relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais (1970); Convenção Universal sobre Direito de Autor (1951, revista em 1971); Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972); Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático (2001); Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003); Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

² O critério (vi) indica que os bens propostos devem «estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional». Os critérios para a inscrição de bens na Lista do Património Mundial são descritos no parágrafo 77 das *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial* (<http://whc.unesco.org/en/guidelines>).

³ Os dados apresentados neste texto referem-se a 20 de Novembro de 2010.

⁴ As línguas, por exemplo, não são directamente abrangidas pela Convenção, apesar de serem indispensáveis à realização e transmissão do património cultural imaterial. Para incrementar a sensibilização quanto à necessidade de salvaguardar as línguas, a UNESCO criou o *Atlas das Línguas Mundiais em Perigo* (<http://www.unesco.org/culture/languages-atlas/index.php>).

⁵ Kirshenblatt-Gimblett, Barbara, 2004, “Intangible Heritage as Metacultural Production”, in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 52-64.

⁶ Appadurai, Arjun, 2002, “Cultural Diversity: A Conceptual Platform. Sustainable diversity: the indivisibility of culture and development”, in, Katérina Stenou (ed.), *UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity - a vision - a conceptual framework - a pool of ideas for implementation - a new paradigm*, Cultural Diversity Series, UNESCO, 1, 9-15.

⁷ A Lista Representativa contém actualmente 213 elementos, enquanto a Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente inclui 16 elementos. (<http://www.unesco.org/culture/ich>).

CLARA BERTRAND CABRAL,
Comissão Nacional da UNESCO
clara.cabral@unesco.pt

Instituto dos Museus e da Conservação

Programa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal

Criado em resultado da fusão do Instituto Português dos Museus (1991-2007) e do Instituto Português de Conservação e Restauro (1999-2007), o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) constitui o organismo de referência a nível nacional no âmbito da actuação no domínio do Património Cultural Imaterial (PCI).



IMC: MISSÃO E COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PCI

É ao IMC que se encontra cometida a missão de desenvolver e executar a política cultural nacional no domínio do Património Cultural Imaterial, designadamente através da definição e difusão dos normativos, metodologias e procedimentos relativos às diversas componentes da sua salvaguarda. No âmbito do Ministério da Cultura, é também ao IMC que compete a coordenação, a nível nacional, das diversas iniciativas a desenvolver no âmbito da salvaguarda do PCI. Nos termos do disposto nos diplomas instituidores da orgânica do

IMC, ao seu Departamento de Património Imaterial (DPI-IMC) compete, designadamente, promover o estudo, a salvaguarda e a divulgação do Património Cultural Imaterial, promover o registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro das realidades sem suporte material para efeitos do seu conhecimento, preservação e valorização, bem como promover o registo dos bens culturais móveis ou imóveis associados ao património imaterial, sempre que aplicável. Compete igualmente ao DPI-IMC apoiar os museus da Rede Portuguesa de Museus na realização de estudos sobre o património imaterial asso-

ciado às respectivas colecções, bem como promover campanhas de sensibilização aos níveis nacional e local sobre a importância da salvaguarda do PCI e desenvolver programas educativos, designadamente a partir dos museus.

Ao DPI-IMC compete cooperar com centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior, autarquias e particulares com vista ao registo e divulgação dos bens imateriais, bem como estimular estudos e o desenvolvimento de metodologias de investigação para a salvaguarda eficaz do património cultural imaterial. No quadro de articulação interinstitucional definido no âmbito do Ministério da Cultura, é ainda ao DPI-IMC que compete assegurar a articulação e o apoio técnico às Direcções Regionais de Cultura e a outras entidades públicas ou privadas em matéria de defesa e valorização dos bens imateriais representativos das comunidades.

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

O regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial encontra-se estabelecido em Portugal desde 2009, como expressão simultânea do desenvolvimento da *Lei de Bases do Património Cultural* (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), designadamente do disposto no seu arti-



go 91.º, e da ratificação por parte de Estado Português da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO).

No quadro daquele regime jurídico, definido pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho de 2009, e regulamentado pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, assume particular relevância a instituição do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, que visa dar cumprimento à obrigação primordial para o Estado Português decorrente da ratificação, em 2008, da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003).

INVENTÁRIO NACIONAL DO PCI

A implementação do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, que visa dar cumprimento ao disposto na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO) em matéria de constituição de inventários nacionais, constitui a linha de actuação nodal do programa de acção estabelecido pelo IMC para a salvaguarda do PCI em Portugal.

O Inventário Nacional, cuja implementação decorre, naturalmente, da sua íntima articulação com o regime jurídico estabelecido para o sector, em 2009, consistirá numa plataforma informática de acesso livre e em linha, que permitirá o carregamento dos vários tipos de documentação so-

bre os quais, tal como definido pela Lei 107/2001 e pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, se deve traduzir a salvaguarda de uma manifestação do Património Imaterial, designadamente registos fotográficos, fílmicos, sonoros, transcrições orais, ou outros.

Para além da ficha do elemento imaterial inventariado e dos respectivos dados de registo, o software permitirá igualmente o inventário e o acesso em linha a outros bens patrimoniais a ele associados, tais como bens móveis, imóveis, espaços culturais e naturais. O *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* será disponibilizado publicamente em inícios de 2011 a partir de um Portal Web específico para o sector, que consistirá um recurso de referência para toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e será acompanhado da publicação de diversos volumes de orientações técnicas e boas-práticas para a documentação e o estudo do PCI.

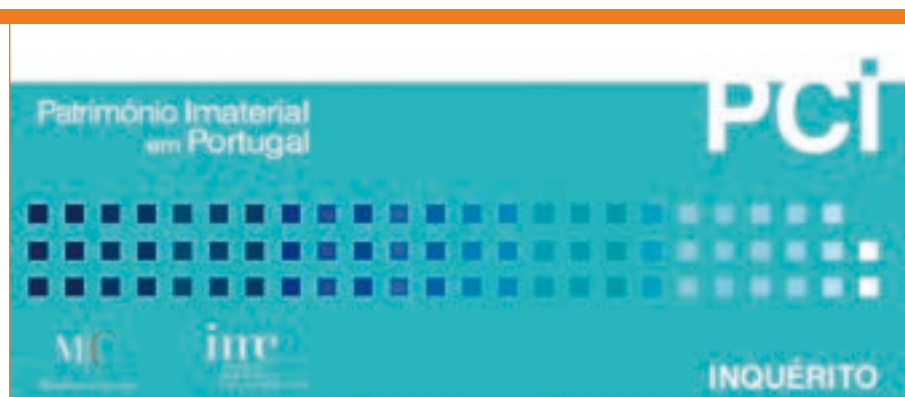
SOFTWARE PARA A GESTÃO INTEGRADA DE PATRIMÓNIO

Como expressão de uma das suas principais linhas de acção para o sector, os Museus tutelados pelo IMC terão acesso, ainda em 2010, a uma versão actualizada do Programa Matriz (© IMC e Softlimits, S. A., 1994-2010), o software de referência do Ministério da Cultura para o inventário e gestão de Património.

Tratando-se de um sistema de informação integrado, que inclui componentes de inventário, gestão e publicação online automatizada, a nova versão do software (Matriz 3.0), promoverá a aproximação integrada ao Património Material (móvel e imóvel, natural e cultural) e ao Património Imaterial, de acordo com as orientações técnicas da UNESCO e do ICOM por parte das entidades já suas utilizadoras, com particular destaque para os Museus.

DIVULGAÇÃO

Desde a sua criação, o IMC tem procurado fomentar a divulgação e valorização do PCI em Portugal, designadamente nos termos do disposto na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. A principal das acções deste âmbito realizadas pelo IMC consistiu no Ciclo de Colóquios “Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades”, constituído por seis colóquios e realizado entre Fevereiro e Novembro de 2008. O Ciclo teve como objectivo fundamental a promoção da reflexão, debate e discussão públicos sobre esta área de actuação patrimonial, designadamente sobre os desafios e oportunidades que a mesma configura, bem como sobre as modalidades de operacionalização e implementação a nível nacional da Convenção



UNESCO, 2003, ratificada pelo Estado Português nesse mesmo ano.

Para além de constituir o repositório de publicações e instrumentos elaborados pelo próprio DPI-IMC, o Portal do IMC (www.imc-ip.pt) constitui um recurso de referência na divulgação de informação actualizada relativa a actividades desenvolvidas no âmbito do PCI, designadamente no que respeita a encontros, colóquios, conferências, publicações e acções de formação.

PUBLICAÇÕES

Desde 2008 o IMC publicou já várias obras dedicadas ao PCI, de que deverá ser destacado *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades* (© IMC, 2009; 400 p.; ilustrado), que constitui o volume de actas do Ciclo de Colóquios realizado pelo IMC entre Fevereiro e Novembro de 2008. Reunindo 35 textos apresentados naquele Ciclo de Colóquios, a obra organiza-se em torno de seis grandes temas, para cuja problematização foi convocada a colaboração de entidades diversificadas, com particular expressão para os Museus, Universidades e Centros de Investigação, bem como profissionais de quadrantes muito variados no âmbito da Museologia, do Património e das Ciências Sociais, aqui com especial destaque conferido ao modo de olhar antropológico. A publicação, bem como o projecto que lhe está na

origem, é expressão da estratégia de valorização do papel que os Museus assumem no processo de salvaguarda do PCI, designadamente enquanto agentes por excelência na abordagem e documentação integrada do património material e imaterial.

Identificação de boas práticas, reflexão e debate sobre as questões de maior complexidade inerentes ao processo de salvaguarda do PCI em Portugal: eis os objectivos essenciais subjacentes à concretização deste importante projecto, materializado neste volume de actas editado conjuntamente pelo IMC e pela Softlimits, S. A..

Entre 2009 e 2010, o IMC editou igualmente duas importantes obras de compilação de fontes para o estudo e documentação do PCI em Portugal, uma de âmbito regional (o *Roteiro Bibliográfico de Etnografia da Região do Oeste*; 308 p.; ilustrado), e outra de âmbito nacional (a *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*; 696 p.). Esta última corresponde à reedição de uma obra de capital importância para esta área, publicada originalmente em 1965 e da autoria de Benjamim Pereira, que tem servido de instrumento de referência para sucessivas gerações de profissionais dedicados à documentação e valorização do Património Cultural Imaterial. Ambos os títulos encontram-se já disponíveis para download gratuito no website do IMC (www.imc-ip.pt).

Um terceiro volume a publicar nesta colecção encontra-se actualmente em fase de preparação, para publicação em 2011.

Finalmente, em 2008 o IMC lançou a Colecção de DVDs "Arquivos do Imaterial", que tem como objectivo essencial o reconhecimento da importância do registo audiovisual como meio de salvaguarda do PCI, designadamente enquanto componente estratégica de processos do seu estudo e inventário em profundidade. Feito do retrato de determinado modo de vida em determinado tempo e lugar, a Colecção "Arquivos do Imaterial" constitui-se também como colectânea de olhares sobre a diversidade das realidades sociais, sempre complexas, que no seu conjunto configuram a cultura tradicional popular em Portugal.

O primeiro título desta Colecção, da autoria das realizadoras Catarina Alves Costa e Catarina Mourão, é dedicado às Festas de Inverno em Trás-os-Montes, encontrando-se actualmente em fase de edição o segundo volume, realizado no âmbito de projecto orientado pelo Museu de Aveiro.

INQUÉRITO "PATRIMÓNIO IMATERIAL EM PORTUGAL" (2010)

Entre Março e Maio de 2010, o Instituto dos Museus e da Conservação realizou o Inquérito *Património Imaterial em Portugal*, de que foi alvo um total de 494 entidades, assim repartido entre as seguintes tipologias: Museus (139), Municípios (308), Direcções Regionais de Cultura (7) e Unidades de Investigação consideradas de potencial relevância para a actuação no sector (40).

O Inquérito teve como objectivo global a identificação de acções recentemente realizadas no âmbito do PCI por parte daquelas entidades, bem como a identificação de fundos documentais (em suporte texto, fotografia, filme, som, ou outros) con-

siderados de particular importância para a documentação de manifestações do PCI em Portugal, independentemente do tempo ou modo da constituição destes.

Construído por relação íntima com o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial, o Inquérito encontra-se estruturado nas seguintes componentes de diagnóstico: a) caracterização geral da entidade na sua relação com a actuação no âmbito do PCI; b) planos de actuação da entidade por relação com os vários domínios do PCI definidos pela UNESCO;

c) caracterização dos fundos documentais da entidade, simultaneamente no que respeita a tipos de suporte, inventário/catalogação, e gestão em base de dados; d) caracterização do âmbito social, territorial e temporal dos mesmos fundos documentais; e) caracterização dos modos de gestão, conservação e acesso/divulgação da informação relativa a PCI; f) caracterização dos recursos humanos e materiais e interinstitucionais utilizados para a actuação no âmbito do PCI.

Matriz primacial de informação sobre o PCI a nível nacional, designadamente pelo seu carácter inédito e extensivo, o Inquérito pretende constituir-se como instrumento fundamental para o conhecimento aprofundado deste sector, a partir de cujos indicadores será possível a identificação precisa de prioridades de actuação, em particular no que respeita ao desenho e implementação de planos de salvaguarda, de âmbito sectorial e/ou regional, bem como à identificação dos bens imateriais sobre os quais deverão incidir projectos de documentação com carácter prioritário, em particular na perspectiva da sua inclusão no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*.

Após a conclusão do seu tratamento, actualmente em curso, os resulta-

dos do Inquérito serão disponibilizados publicamente pelo Instituto dos Museus e da Conservação, tendo igualmente em vista a promoção da cooperação interinstitucional nesta área de actuação.

FORMAÇÃO

O IMC é responsável, através do seu Departamento de Património Imaterial, pela organização de Acções de Formação dedicadas ao estudo, documentação e inventário do PCI. A realização regular de tais acções é efectuada em articulação próxima com os instrumentos metodológicos e normativos desenvolvidos o sector do PCI pelo IMC, que constitui entidade formadora acreditada pela DGERT (Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho). Para além das Acções de Formação integrantes do Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus, o DPI-IMC organiza também acções dirigidas a outros públicos, designadamente em contexto de ensino superior. Entre 2008 e 2010, o IMC realizou já nove acções de formação dedicadas ao estudo e inventário do PCI. Destas, quatro acções de formação tiveram como destinatários profissionais da região iberoamericana, tendo sido realizadas por solicitação do Ministério da Cultura de Espanha.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para além da articulação com as Direcções Regionais de Cultura, às quais assegura o apoio técnico para a intervenção no âmbito do PCI, o IMC tem desenvolvido também relações com várias outras entidades de referência para o sector a nível nacional, designadamente a Comissão Nacional da UNESCO, Universidades, Centros de Investigação e Museus.

Das articulações desenvolvidas a nível internacional, destaca-se, em primeiro lugar, a articulação já desenvolvida com a Sede da UNESCO, em

Paris, que continuamente tem estimulado as iniciativas do IMC, designadamente no sentido da concepção e implementação do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. Destaque deve ser igualmente conferido às articulações que o IMC tem vindo a estabelecer no âmbito da região iberoamericana, em particular com o Ministério da Cultura de Espanha, quer no âmbito da Subdirección General de Museos Estatales, quer do Instituto del Patrimonio Cultural de España. ■

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Paulo Ferreira da (Coord.), 2009, *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits, S. A..

COSTA, Paulo Ferreira da, 2009, "Património imaterial, identidade e desenvolvimento rural", in *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança (Conferência realizada no Centro de Ciência Viva da Floresta, Proença-a-Nova, entre 20 e 21 de Março de 2009)*, Câmara Municipal de Proença-a-Nova, pp. 169-178 [disponível em www.imc-ip.pt].

COSTA, Paulo Ferreira da, 2008, "Discretos Tesouros: limites à protecção e outros contextos para o inventário do Património Imaterial", *Museologia.pt*, n.º 2, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 16-35 [disponível em www.imc-ip.pt].

PAULO FERREIRA DA COSTA,
Director do Departamento de Património
Imaterial do Instituto dos Museus e da
Conservação, I.P.
Palácio Nacional da Ajuda,
Ala Sul, 4.º,
1349-021 Lisboa
dpi@imc-ip.pt | www.imc-ip.pt

Património Imaterial

Onde mora a alma de um povo

Um dos grandes desafios colocados ao mundo moderno é a necessidade e urgência da protecção do património cultural imaterial dos povos, que tende a ser aniquilado pelo fenómeno da globalização. Este fenómeno, que atravessa irremediavelmente todas as sociedades, tem vindo a causar, entre outros efeitos negativos, a extinção dos modos de vida locais e o desenraizamento das novas gerações em relação às suas referências culturais.



Rostos de histórias e memórias.

O que é então o património imaterial? Embora não haja estudos de natureza conceptual suficientemente aprofundados, é possível, à partida, admitir como definição elementar todo o conjunto de manifestações e expressões de natureza intangível

que têm a memória oral como meio de preservação e de transmissão. Engloba, por isso, não só o campo “esmigalhado” da literatura popular de tradição oral (lendas, mitos, contos populares, romanceiros, cancioneiros, quadras, autos popula-

res, excelências, parémias, apodos, adivinhas, rimas infantis, orações, rezas, resposos, fórmulas de superstições e de mezinhas, esconjuros, pragas e maldições, agouros ou profecias, orações com escárnio, galanteios, pregões, chamamentos de animais...), como também todo o universo de saberes e vivências da cosmogonia popular, tais como os falares regionais, os ritos e as festas, os jogos, as danças, os saberes do artesanato, da culinária e dos trabalhos rurais e marítimos, a mitologia popular, a etiologia dos lugares de memória, etc..

Difere, pois, da cultura material pela natureza dos seus suportes, uma vez que esta se sustenta, fundamentalmente, na estrutura física das obras de arte, dos monumentos, das ruínas, das paisagens, de algumas aldeias, algumas cidades, etc..

O património imaterial, por sua vez, por sustentar-se em suportes extremamente frágeis que a sociedade moderna e a Globalização põem permanentemente em causa, está em risco de perder-se. Aliás, uma parte significativa ter-se-á já perdido com a extinção dos respectivos contextos, associados à vivência rural: perderam-se muitas peças do romanceiro e do cancionero porque se extinguíram muitos trabalhos agrários como segadas, desfolhadas, malhadas, rogas, pastoreio; perderam-se muitos contos e lendas porque se extinguíram os fiandeiros e quase já os serões à lareira; perdem-se as fórmulas de rezas,

mezinhas, superstições e agouros porque se vão extinguindo muitas práticas esotéricas de cariz popular, especialmente os rituais associados à medicina popular; perdem-se também os textos de muitas orações populares por força da extinção dos antigos rituais de morte e da adopção de novas práticas civilizacionais relacionadas com a doença e outras obsessões íntimas; entretanto, vão-se perdendo apodos, ditos e pragas porque se extinguem tradições e trabalhos rurais como matanças do porco, lagaradas, torna-geiras, etc.. Em Portugal, porque são diversificados os seus espaços etno-geográficos, há regiões que, praticamente, perderam já as suas referências culturais tradicionais. Assim acontece, em especial, com as grandes metrópoles. Por outro lado, noutras regiões, como é o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro, é ainda possível achar um razoável grau de consistência em matéria de literatura oral tradicional e de outros bens culturais imateriais, por força da manutenção de alguns contextos e “habitats” tradicionais. É imperioso, contudo, reconhecer a iminência da sua extinção, com a alteração gradual do modo de vida local e o desaparecimento de certos trabalhos agrários e de outros cenários da tradição rural onde os textos se reproduziam e reelaboravam.

Às sociedades modernas cabe, então, encontrar meios para resgatar, reutilizar e preservar todos estes bens. E a recolha e publicação, em livro, de tal património não pode ser uma solução definitiva, como alguns desejam. Nas páginas de um livro os textos tendem a cristalizar. O livro deverá, por isso, ser apenas um último recurso. E sempre um recurso provisório. Aliás, alguns dos mais belos textos



Mitologia da paisagem.

da literatura oral tradicional, como é o caso dos que compõem os romances, só ganham mesmo sentido na oralidade.

De preferência, devem ser preservados ou repostos (em etno-museus e eco-museus, por exemplo) alguns cenários tradicionais que possam constituir-se como espaços de interpretação, para as novas gerações, daquilo que é a cultura mais genuína do seu povo.

Ao serem proclamados pela UNESCO como “obras-mestras” da humanidade (como tem acontecido em muitos países), os patrimónios imateriais ganham, obviamente, uma nova “energia” com implicações positivas na sua preservação e dignificação. A aquisição de tal estatuto não é, todavia, determinante. Determinante é a adopção pelos países de medidas legais e administrativas de protecção do património imaterial, que tenham efeitos quer na criação e enriquecimento de etno-museus ou eco-museus, quer na realização de inventários regionais e no fomento de estudos interpretativos deste património.

Afinal, está em jogo a memória e a identidade de um povo. Se ficarmos de braços cruzados, as futuras gerações, ao confrontarem-se com a



Sr.ª Cândida junto ao túmulo do conde de Ariães.

necessidade de um retorno ao aconchego das suas identidades, poderão acusar-nos de não ter tido o devido cuidado em preservar as suas referências culturais. Ou seja, culpar-nos de ter rompido o fio da memória que os liga às suas raízes. ■

ALEXANDRE PARAFITA,
Escritor, Doutor em Cultura Portuguesa,
Centro de Tradições Populares Portuguesas
da Universidade de Lisboa

As construções em pasta

No Alto Minho, e em particular numa faixa do território que se estende entre os concelhos de Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço, existe um conjunto de construções nas quais se aplicou um material tradicional em granito – a pasta.



Casa de Maria Galega, construída nos anos 50 do século XX (Campos, Vila Nova de Cerveira).

Orlando Ribeiro definiu a *pasta* como uma prancha de granito, delgada e talhada com certa regularidade, não tanta que os seus lados se ajustem perfeitamente: nas vedações os elementos encostam-se uns aos outros; nas casas, as juntas levam sempre um reboco caiado, mostrando um estranho aspecto listrado de alto e baixo.

O granito branco, acinzentado, era o mais utilizado para a construção em *pasta*, mas empregava-se também o granito rosa, ou granito de Monção, existente num afloramento litológico que se estende na direcção da Galiza até Porriño.

Segundo Carlos Teixeira, o granito de Monção é de textura porfiróide, levemente róseo, no geral com grandes cristais de feldspato, que se destacam da massa de grão médio e grosseiro constituinte do

resto da rocha [...] as principais pedreiras encontram-se, quanto ao granito porfiróide, na região de Friestas, Gondomil e Lara. A pedra mais procurada para os esteios das latadas (*postes*) e os muros e casas em *pasta* era a da pedreira do Salgueirinho, situada em Sanfins de Friestas, por ser de grão muito homogêneo, o que lhe confere grande resistência e impermeabilidade¹. O modo de extracção tradicional do granito começava, quase sempre, por escavar a terra à procura de uma rocha e, logo que esta aparecia, procedia-se ao seu corte, ou *rachar*². O processo atendia ao modo como a pedra estava organizada em diferentes planos de *clivagem*, ou seja, de linhas de corte³. Os pedreiros procuravam rachar o penedo segundo os *correrres da pedra*, para o que podiam

seguir duas orientações: a horizontal (ou do *levante*), ou vertical, quer no sentido Norte-Sul, quer na orientação Este-Oeste (Afonso, 1982: 142).

Após terem optado pela melhor linha de corte, os pedreiros sinalizavam-na na rocha por pontos em barro (o *ris-cote*), sobre os quais abriam com ponteiros orifícios fusiformes (as *cunheiras*)⁴. Depois introduziam neles umas cunhas em madeira, geralmente de oliveira, que martelavam com maços até ficarem bem ajustados às paredes do orifício.

A seguir deitava-se água sobre as cunhas que, ao dilatarem, rachavam a pedra em tiras (a *pasta*) com cerca de 50 a 60cm de largura e um comprimento oscilando entre 1 a 3m. A espessura rondava os 10cm. Por vezes, saíam *pastas* duplas que eram posteriormente abertas na obra⁵.

Mais tarde, as cunhas em madeira passaram a ser em ferro e foram depois substituídas pelos *guilhos de broca* ou *pinchotes* em aço com duas *palmetas* que criavam um orifício em V essencial para rachar a rocha. O processo veio a simplificar-se com o emprego da *agudadeira* que dispensou o uso de palmetas (Afonso, 1982:144-146).

O transporte da *pasta* para a obra utilizava, antigamente, carros de bois mesmo quando apareceram os camiões, pois estes não podiam aceder às pedreiras pelos estreitos caminhos. As pedras iam para os *descarregadouros* situados em locais mais acessíveis ao transporte por estrada⁶.

A construção das casas iniciava-se com a abertura dos caboucos com 50cm de fundo, onde as pranchas de granito eram colocadas ao alto e

parcialmente enterradas, formando o andar térreo. A parte restante da parede era em tijolo, mas existem casas feitas inteiramente em *pasta*⁷. Abertos os caboucos, faziam-se os *cantos da obra* colocando em cada extremidade duas pedras em ângulo recto a servir de cunhais e ligadas por um fio que servia de nível para o alinhamento das outras pedras⁸.

Na execução dos paramentos procurava-se assentar as *pastas* de modo a reduzir o mais possível a largura das juntas. Depois de assentadas, as *pastas* eram recortadas por cima à mesma altura com uma marreta que se ia batendo em pequenas pancadas, *escanando* a pedra e seguindo um fio estendido a servir de nível⁹. Nas juntas aplicava-se argamassa de cal hidráulica do seguinte modo: fazia-se um molho de palha de centeio atada com um fio a um pau, que se encostava a toda a altura do intervalo entre duas *pastas* e seguro por uma pedra. O outro lado da junta era, então, revestido com a argamassa. Depois desta *puxar* um pouco, retirava-se o pau e continuava a proceder-se do mesmo modo para argamassar as outras juntas¹⁰.

Por ser em pedra não porosa, a *pasta* evitava as infiltrações de água e, por isso, a parede exterior ficava, quase sempre aparente enquanto que a do interior poderia ser rebocada com argamassa de cal e areia¹¹.

A cal vinha do centro do País em comboio dentro de barricas de madeira e era *queimada* conforme as necessidades, sendo *traçada* com areia para se fazer a argamassa¹².

Os vãos das portas e janelas eram superiormente rematados por ver-



Casa em pasta (próximo de Valença).



Muro em pasta (Campos, Vila Nova de Cerveira).



Casa em Breia (Mazedo, Monção).

gas em tijolos colocados verticalmente ou obliquamente em duas filas opostas, travados (ou *fechados*) ao meio por uma cunha. Nos interstícios das ombreiras colocavam-se pequenas pedras. Depois rebocavam-se os *fechos* com argamassa¹³.

Para a cobertura das casas mais antigas empregava-se a telha *canudo*; nas mais modernas, a telha *marselha*¹⁴.

A utilização da *pasta* como material de construção revelava certas especificações que hoje são ponderadas nas opções para uma Arquitectura sustentável ambientalmente.

Logo na fase da exploração dos recursos naturais para a obtenção dos materiais, os métodos utilizados revelavam uma minimização dos impactos. Evitava-se o mais possível a utilização dos maciços rochosos que coroavam os cimos dos montes, em muitos casos, inacessíveis aos meios de transporte utilizados e, por isso mesmo, onde era difícil fazer carregamento e transporte da pedra.

Os pedreiros procuravam as rochas na meia encosta escavando-as sem

causar danos nas linhas de água e no solo onde se cultivava, pastoreava ou florestava com espécies arbóreas como o carvalho, o sobreiro, etc., cuja madeira era utilizada na construção de casas de habitação e fabrico de alfaias, teares, rodas de moinhos, prensas de lagar, etc..

Fazia-se a fracturação da rocha no mínimo indispensável para satisfazer as necessidades das comunidades camponesas. Não se exportava pedra.

A arquitectura tradicional em *pasta* exigia menor quantidade de granito e implicava menos desperdício do que o sistema construtivo em perpeanho. Contrariamente a outros materiais (como o betão), a obtenção do granito em pranchas não implicava grande consumo energético. Era ainda de execução menos onerosa do que a realizada em perpeanho, pois este exigia gruas e outros aparelhos de elevação das pedras e necessitava de mais mão de obra para picar e *esquadriar* a pedra.

A técnica utilizada no erguer dos muros e das paredes representava

um saber-fazer de grande eficiência na procura da maior estabilidade e resistência aos esforços mecânicos e condições atmosféricas sem deixar de garantir condições de conforto térmico do seu interior.

Permitia ainda satisfazer a necessidade de construção de anexos rurais (cobertos, sequeiros, etc.) a um baixo custo, o que também ajudou a resolver o problema da habitação para algumas famílias de menores rendimentos.

Usadas como vedação de campos – prados, as construções murárias em *pasta* constituem, para além de uma solução simples e eficiente, um elemento valorizador da paisagem agrária. Porém, com o definhamento das economias camponesas e o abandono da actividade agrícola associada à pastagem, muitos campos – prados deixam de o ser e podem vir a perder as suas vedações em *pasta* por não terem sido alvo de conservação. Ao serem substituídos por outras soluções, desinseridas no contexto da identidade cultural das comunidades locais, menosprezar-se-á o saber-fazer tradicional, que correrá

o risco de extinção. Em vez de se reabilitarem os velhos muros preferir-se-á construir de novo segundo modelos importados de que resultará a banalização da paisagem, aumentando o desperdício e o consumo de recursos naturais.

As casas de habitação e anexos em *pasta* também correm o risco de uma cada vez maior degradação se não forem alvo de intervenções para conservação e restauro. Existem já alguns casos de substituição de paredes em *pasta* por alvenaria de tijolo rebocado por cimento. Outras habitações acabam por ruir por completo e em lugar delas surgem construções de tipologias nada condizentes com a arquitectura tradicional.

No Alto Minho urge implementar uma política de Conservação e Reabilitação do Património enquadrada num modelo de desenvolvimento económico que acautele as diferenças culturais regionais e contribua para contrariar o crescente desemprego e o processo de despovoamento em curso, permitindo às comunidades camponesas serem os agentes privilegiados na imple-

mentação de uma estratégia visando aquele objectivo. O que subsiste do saber-fazer no construir aguarda medidas de salvaguarda através de intervenções de reabilitação e conservação por profissionais qualificados nas técnicas construtivas tradicionais.

As construções murárias e as casas em *pasta* constituem, entre outros, testemunhos de uma Arquitectura Popular que, após décadas de abandono e destruição, tem direito a ser considerada, não como uma reminiscência de um viver de dificuldades e miséria, mas antes como um legado de uma herança cultural a preservar. Preservar, não numa perspectiva meramente patrimonialista, *versus* turística ou de rentabilização imobiliária, mas privilegiando a divulgação do saber-fazer tradicional que, incorporado em técnicas construtivas ambientalmente sustentáveis e identitárias, poderá alicerçar o futuro inovador. ■

AGRADECIMENTOS

Ao Sr. Alípio Nunes pela sua orientação na visita às pedreiras de Salgueirinho explicando-nos o modo tradicional da extração do granito em *pasta*.

Ao Sr. Diamantino Gonçalves Cunha, de Chamosinhos, S. Pedro da Torre, Valença pelos esclarecimentos prestados e descrição do processo construtivo em *pasta*.

NOTAS

¹ a ⁴ Alípio Nunes, Friestas, Valença.

⁵ a ¹⁴ Diamantino Cunha, Chamosinhos, S. Pedro da Torre, Valença.

BIBLIOGRAFIA

RIBEIRO, Orlando – *A civilização do granito no Norte de Portugal (elementos para o seu estudo)*, “Geografia e Civilização”, p. 24.
TEIXEIRA, Carlos – *Carta geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 1-A (Valença)*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1956.
AFONSO, Manuel Pires – *A Arte de Talhar a Pedra*, Sep. “Mínia”, n.º 5, P.N.P.G., Braga, 1982.

ANTERO LEITE,
A.C.E.R. – Associação Cultural
e de Estudos Regionais

A A.C.E.R. – Associação Cultural e de Estudos Regionais é uma Associação Cultural sem fins lucrativos com personalidade jurídica, registada no R.N.P.C. sob o n.º P 505844575 e que prossegue como objectivos estatutários: “a inventariação, estudo e divulgação do Património Cultural; salvaguarda do Património Natural e Cultural; intercâmbio com outras associações congéneres nacionais e estrangeiras”. Como logótipo usa a folha do Ácer, ou *Bordo pseudoplatanus*, espécie arbórea existente no noroeste montanhoso do país.

O grupo de sócios que constituíram a A.C.E.R. desenvolveu, desde 1988, a inventariação do Património Natural e Cultural do Alto Minho, uma parte do qual se encontra disponível no site <http://emi.valedominhodigital.pt>. Procurando implementar a continuidade da iniciativa e imprimir-lhe maior dinâmica, a A.C.E.R. está a desenvolver o projecto *Os saberes fazer do passado no desenvolvimento rural do Vale do Minho* compreendendo 1) Pesquisa e inventariação visando aquilatar a existência, no Vale do Minho, de mão de obra habilitada nas antigas técnicas tradicionais de Conservação e Restauro, algumas em risco de extinção com descrição, registo em fotografia digital e vídeo, divulgação em site e livro do “saber fazer” de algumas daquelas técnicas incluindo o levantamento das expressões culturais tradicionais imateriais individuais e colectivas; 2) Sensibilização da comunidade escolar do Vale do Minho; 3) Proposta de realização, por entidades formadoras credenciadas, de cursos nas antigas técnicas de Conservação e Restauro.

Fado

Candidato a Património Cultural Imaterial da Humanidade

Ao dedicar este número ao Património Imaterial, a *Pedra&Cal* não poderia deixar de abordar um dos mais marcantes e importantes fenómenos da cultura portuguesa, o fado: um repositório de memórias, caminhando a par e passo com os diversos acontecimentos políticos e sociais da História dos séculos XIX ao XXI.

Representante vivo de uma identidade, o fado liga-se não só à cidade de Lisboa, como também à comunidade portuguesa espalhada pelos quatro cantos do mundo. Tudo isto bastaria para darmos uma especial atenção a esta expressão musical, no entanto, foi apresentada, este ano, a sua candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade pela Câmara Municipal de Lisboa.

A equipa da *Pedra&Cal* visitou o Museu do Fado. Fundado em 1998, situa-se no Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama. Ocupa um antigo edifício, que outrora fora uma estação elevatória de águas. No seu interior há um espaço para uma exposição permanente e um local para exposições temporárias, um auditório para palestras e espectáculos e uma escola, que lança as sementes para os grandes músicos do futuro. Detentor de prémios e distinções, como a Menção Honrosa na categoria Melhor Museu Português, em 2009, atribuída pela Associação Portuguesa de Museologia, o museu alia diversos registos com o intuito de podermos tocar o etéreo fado. Durante a visita tivemos a honra de conversar com a directora do Museu do Fado, Sara Pereira.

Quais são as estratégias utilizadas para musealizar o Património Imaterial?

Houve uma remodelação do museu em 2008, ao abrigo de uma candidatura ao programa operacional da cultura. Esta remodelação inseriu-se dentro de uma lógica de entendimen-



Interior do Museu do Fado.



Sara Pereira, Directora do Museu do Fado.

to do nosso objecto, o fado, como algo essencialmente imaterial, algo fugaz, incorpóreo e irrepetível, que dificilmente se materializa noutro

testemunho que não o da memória de cada um. Portanto, atendendo a esta preocupação procurámos substituir os cenários que existiam na antiga exposição que recriavam ambientes de fado, como uma casa de fados e uma taberna. Substituiu-se este discurso museográfico por outro, ao longo do qual é possível consultar dezenas de conteúdos sobre o fado, desde largas dezenas de fados de vários intérpretes a histórias das vidas dos fadistas, pesquisar as colecções do museu no centro de documentação, consultar a biografia de um artista e visionar um filme dele, além de pesquisar sobre o roteiro de fado em Lisboa. A preocupação subjacente a toda esta renovação do circuito expositivo foi a de dotar o mu-



Centro de Documentação, Museu do Fado.

João Brizzi / CR

seu dos instrumentos necessários para musealizar o património imaterial, nomeadamente através de um sistema de áudio-guias que permitisse a cada visitante escutar o fado e o artista à sua escolha sem constrangimentos de grupo. Os audiovisuais

continuam a ser a grande solução para promover e interpretar esta memória.

Qual é a origem do espólio do museu?

Todas as colecções do museu foram fruto de doações de intérpretes, músicos, construtores de instrumentos, entre outros. Todos doaram ao museu as suas colecções, o seu património afectivo em prol da construção deste projecto comum, um projecto colectivo muito virado para a comunidade, em estreito diálogo com os artistas. A Colecção está estimada em 17 000 peças.

No espaço do museu também existe uma escola de fado. Como funciona e quando surgiu?

A escola surgiu em 2001 e consolida

o objectivo de ter um museu vivo. A escola oferece cursos de guitarra portuguesa e de viola de fado, realiza seminários para letristas de fado, e ateliês para canto. Há alunos de todos os cantos do país e do mundo, já tivemos alunos norte-americanos, italianos e japoneses, é muito curioso perceber que há este encantamento universal pelo fado.

E quanto ao fabrico da guitarra portuguesa? Existe alguma estratégia definida para a salvaguarda deste ofício?

Há dois mestres construtores em actividade consensualmente reconhecidos e acarinhados pela comunidade, os mestres Gilberto Grácio e Óscar Cardoso. A nossa ideia foi definir com eles um programa de formação para as novas gerações.

Rui Vieira Nery é um dos maiores musicólogos portugueses, conhecido não só pela sua produção académica como também pela sua acção enquanto Director-Adjunto do Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian e como Secretário de Estado da Cultura. Actualmente, exerce a função de Director do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e é o Presidente da Comissão Científica da Candidatura do Fado à Património Cultural Imaterial da Humanidade. A *Pedra&Cal* teve o privilégio de entrevistar o musicólogo sobre a candidatura do Fado.

Qual é a estratégia adoptada para que o Fado seja considerado Património da Humanidade? Quais são os pontos fortes da candidatura?

A estratégia da Candidatura do Fado assenta antes de mais nos termos definidos pelo próprio texto da Convenção da UNESCO para o Património Cultural Imaterial da Humanidade, e também na análise das decisões do órgão competente (a Comissão Inter-Governamental que, por delega-

ção de competências da Assembleia Geral da UNESCO, decide nesta matéria) sobre outras candidaturas já apreciadas neste contexto.

A primeira condição exigida é o carácter representativo do género proposto – neste caso o Fado – como prática identitária da cultura da comunidade que o produz. Esta representatividade é demonstrada quer pela própria dimensão da sua prática como pelas declarações expressas das instituições representativas da comunidade no plano político (Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, Governo, Assembleia da República, Presidente da República), quer por declarações expressas de apoio, tanto por parte das associações que representam os músicos, os autores e os editores, como das comunidades populares de bairro, sobretudo colectividades de Cultura e Recreio que têm uma forte tradição de associação à prática do Fado, e como dos próprios fadistas, que são os protagonistas do género. A candidatura inclui largas dezenas de declarações individuais e institucionais de apoio neste sentido.



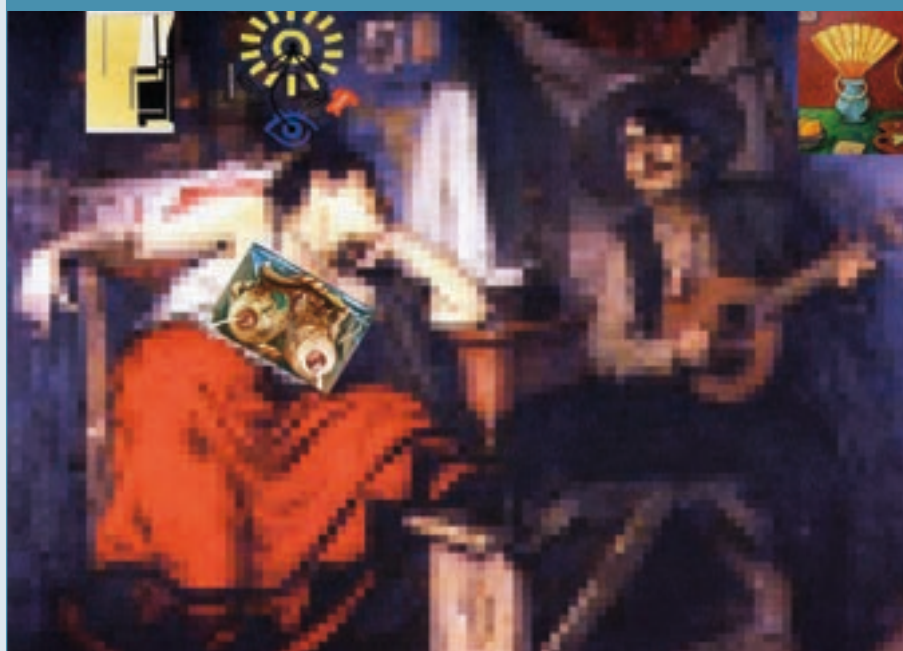
Rui Vieira Nery, Presidente da Comissão Científica da Candidatura do Fado.

Em segundo lugar é necessário demonstrar que existe um plano de salvaguarda que expressa um compromisso das instituições públicas e privadas do País proponente na protecção e estudo do género proposto. Neste caso temos protocolos de colaboração entre a Câmara de Lisboa (através da EGEAC) e todas as entidades que possuem espólios documentais relevantes para a História do Fado (Instituto de Etnomusicologia,

Eles próprios garantirão a formação de novos construtores. A partir de 2012 contamos ter instalada uma oficina de construção de guitarra portuguesa no âmbito de um projecto de renovação da Mouraria. A oficina de construção de guitarras também poderá ser visitada por turistas.

E já há algum local específico?

Temos um edifício em mente, no Largo da Achada. Isto prende-se com outro projecto que a Câmara de Lisboa está a desenvolver, que é a recuperação da Casa da Severa, na rua do Capelão. Este edifício também será reabilitado e transformado num espaço de cafetaria, com projecção de filmes e com programação. No mesmo eixo teremos muitos pólos visitáveis.



O Mais Português dos Quadros, painel lenticular, João Vieira, 2005.

RDP-RTP, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Museu Nacional do Teatro, Museu do Fado, Museu da Cidade, Museu de Etnologia, Sociedade Portuguesa de Autores, A Voz do Operário, etc.). Pretende-se a articulação em rede destas instituições de modo a facilitar o acesso a toda a documentação nelas preservada e facilitar um programa de intervenção em várias linhas:

- inventariação das gravações fonográficas de Fado, desde 1900;
- digitalização dessas gravações, numa primeira fase até à década de 1950;
- reedição de fontes relevantes para a História do Fado (antologias poéticas, colecções de partituras, iconografia);
- reedição de estudos importantes da historiografia do Fado (Pinto de Carvalho, Alberto Pimentel, Avelino de Sousa, Luís Moita, A. Vítor Machado, Ruben de Carvalho, Joaquim Pais de Brito, etc.);
- apoio à reedição de discografia de Fado com valor documental.

O fado é hoje um estilo reconhecido em todo o mundo e que conta com

uma nova geração de intérpretes de grande qualidade. De facto, não está em risco de desaparecer. Isto pode dificultar a candidatura? Além disso, quais são os aspectos específicos que necessitam de acções de salvaguarda?

A Convenção separa entre a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, que é aquela a que o Fado é candidato, e que não implica risco imediato de desaparecimento do género proposto, e uma segunda lista de Património em risco, que neste caso não se aplica. A aprovação anterior do Tango e do Flamenco, que estão igualmente em pleno desenvolvimento na actualidade, demonstra que esse não deverá ser um obstáculo à aprovação da nossa Candidatura. No entanto, sublinhamos fortemente na Candidatura a necessidade de preservação das fontes documentais para a História do Fado, independentemente do seu desenvolvimento actual, que até agora têm estado de um modo geral inacessíveis e dispersas, e consideramos que essa preservação da memória do

género é essencial para a sua evolução futura e para a sua vitalidade.

Sendo o Fado reconhecido Património Imaterial da Humanidade, quais seriam os benefícios para Portugal e para a cidade de Lisboa?

Para lá da visibilidade internacional acrescida que a inclusão na Lista da UNESCO poderá trazer ao Fado, a Lisboa e à Cultura portuguesa no seu todo, a vantagem da Candidatura terá sempre sido o esforço de pesquisa, recolha e estudo que foi levado a cabo para a sua preservação, a uma escala sem precedentes, e o espírito de comunidade que se gerou na comunidade fadista, em particular, e na opinião pública, em geral, em torno da Candidatura e da importância patrimonial do Fado. Qualquer que venha a ser a decisão final – e estamos confiantes em que será positiva – essa vitória já está adquirida. ■

Entrevistas de
REGIS BARBOSA,
Pedra & Cal

O Projecto Museológico do Museu Agrícola de Riachos – Casa-Memorial Humberto Delgado

Do conhecimento tácito ao conhecimento explícito

O Museu Agrícola de Riachos (MAR) desde 1989 tem vindo a promover a reunião entre a prática museológica e o uso museográfico das culturas, material e imaterial, integrando-as como componentes do desenvolvimento de base territorial, tornando-as, assim, referências obrigatórias e base de acção deste museu comunitário.



Debulha na Eira, com Locomóvel, década de 50, século XX.

Para nós, o conhecimento tácito, ou seja, aquela forma de conhecimento enformada por valores e crenças, transforma-se, nas nossas práticas, no conhecimento explícito, entendido, aqui, como aquela forma de conhecimento que é articulável, transmissível, didacticamente útil. O conhecimento resultante é o que nos dá capacidade para agir, também, de um ponto de vista social. A mutação deste conhecimento regista-se através da dinâmica expositiva e dos eventos que se sucedem nos ciclos agrários (Festa da Bênção do Gado, Festa da Flor, etc.) e nos ciclos urbanos (Exposições

temáticas; Colóquios, Seminários, Estágios, Projectos de Investigação, Parcerias nacionais e internacionais, etc.). Neste sentido, e tendo em consideração os instrumentos jurídicos e técnicos de enquadramento desta visão, a publicação da Portaria n.º 196/2010 de 9 de Abril, criando condições para que possamos dispor de um procedimento de inventariação do património cultural imaterial, permitindo a sua identificação, estudo e documentação sistemáticos, foi relevante. Os passos a dar para melhorar a salvaguarda e correspondentes divulgação e fruição do património que

nos está transitoriamente confiado, suscita-nos uma reflexão/acção concreta. Por isso o desenvolvimento do Projecto Museológico “MEMÓRIA VIVA – Património, Museologia e Cidadania”, liderado pela Direcção Técnica do MAR, com o apoio da Direcção da Associação de Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos, enquadra-se no modo como aquela direcção vê o papel da cultura museológica. A política de afirmação está inserida na ideia geral de que o trabalho em rede e as parcerias de colaboração/cooperação hão-de ser pilares fundamentais para a continuidade de valorização do acervo conjunto do Museu Agrícola de Riachos integrando, desde 2010, os testemunhos patentes na Casa Memorial Humberto Delgado (CMHD), tanto materiais quanto imateriais.

A comunidade envolvente a estas duas instituições culturais aposta no tema da Memória do trabalho rural, na Freguesia de Riachos, e no tema da Liberdade, na Freguesia da Brogueira. Estes valores percebem-se através dos testemunhos confiados pelas populações locais às instituições de onde emana este projecto conjunto e na forma como elas parecem sentir ser o papel destas casas de cultura. A fusão entre o projecto museológico do MAR e o da CMHD, asseguram condições

de trabalho concreto e perspectivas de modernidade na administração e partilha da Memória Viva regional. O PM agrega os valores da Etnografia com os da História Contemporânea.

O Núcleo de Técnicas Tradicionais de Construção, desde 1994 que se dedica ao estudo, divulgação e visitação turístico-cultural das técnicas que, um pouco por todo o território, se foram desenvolvendo desde os tempos da fixação da população até aos tempos em que os vestígios desse e de outros tipos de ocupação humana se tornam recursos que podem activar o património natural e cultural. Observar uma obra de taipa ou de adobe, bem como perceber o uso dos designados «tufos» como material portante de muros e caixas murárias, é lição histórica e experimentação prática que se podem conciliar no espaço museológico de Riachos e Brogueira. Como factores de activação económica os materiais locais determinam, também, a especificidade da cultura construtiva com autenticidade regional. A diferenciação dos destinos turísticos também se estrutura com estes contributos. Tal como as instalações do MAR, antigo Lagar de Azeite, são de um edificado onde se detectam o uso de tufos e a aplicação de taipa e adobe, também a CMHD, na freguesia vizinha ostenta as mesmas técnicas de construção da arquitectura vernacular. O ciclo agrário determinava, aliás, que a reparação das casas rurais se deveria desenvolver quando as tarefas agrárias de




Manuel Lopes Trigueiro

Largo da Igreja Velha, década de 60, século XX.

uma agricultura intensa de várzea e de regadio natural ou de troços de charneca e de leiras, anexas a matas, vinhedos e pomares, deixava tempo para esse tipo de trabalho caseiro. Há, vincadas nas memórias dos Homens e Mulheres, bem como nos documentos deixados pela voracidade do tempo, muito material que ajuda à «reconstrução da Memória» bem como à «didáctica do Tempo». Em ambas nos é possível vislumbrar testemunhos importantes para percebermos em ambiente rural e urbano a cultura material e imaterial da Região.

Em termos classificativos, a Casa-Memorial poder-se-á integrar no conceito de museu histórico, face às determinações da UNESCO no que se refere ao facto de ser integrável na tipologia de museus, casas e monumentos históricos ao ar livre que «evocam ou ilustram certos acontecimentos da história nacional», como é o caso objectivo relacionando a história de Portugal e da luta pela democracia, no século XX e a figura nacional e internacional do General Humberto Delgado, foco central de uma época histórica marcante da colectividade humana e do valor de

memória que o futuro da democracia exige sempre renovado.

O Museu Agrícola de Riachos integra-se na designação de museu etnográfico e «museu da comunidade», porque, também na perspectiva UNESCO, associa etnografia, antropologia e folclore, considerados como «culturas ou elementos culturais pré-industriais, estudados através dos testemunhos passados ou pertencentes a um passado mais recente estudados directamente». O espaço dedicado às técnicas tradicionais de construção, patentes na museografia criada para o efeito, merece visita demorada. No mês de Julho de 2011 está programada uma Oficina de Técnicas Tradicionais de Arquitectura Vernacular que pretende apresentar em associação com o Museu Rural da Golegã e o CESPOGA – Centro de Estudos Politécnicos da Golegã, uma explicação sobre as técnicas de construção e os depoimentos dos que as exercitaram. 

LUÍS MOTA FIGUEIRA,
Director Técnico do Museu Agrícola
de Riachos e Casa-Memorial Humberto
Delgado

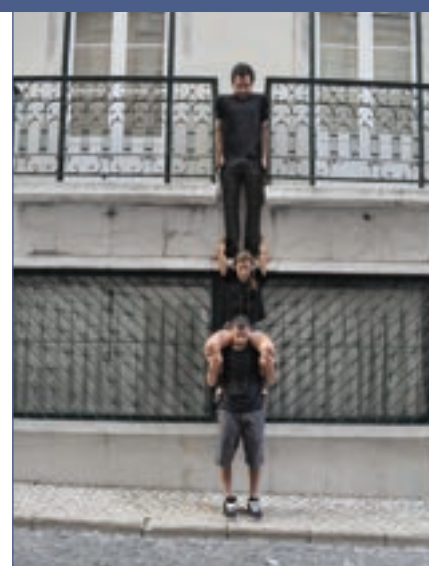
Rugologia

O Arquivo da Rua

Quando falamos de intervenções, independentemente do seu carácter, o conhecimento do lugar é condição para o seu êxito. Quando se trata de intervir numa rua, o conhecimento da mesma pode revelar-se um processo bastante complexo, sobretudo o conhecimento das suas camadas humanas ou sociais, propriedades menos evidentes e concretas.



Descubra as diferenças – Fotografias actuais e antigas da Travessa da Queimada. Comparação entre fotografias actuais e antigas com a mesma perspectiva (do Arquivo Fotográfico de Lisboa), permitindo a percepção das alterações na rua nos últimos cem anos.



Exemplo de uma série de fotografias tiradas de madrugada na Travessa da Queimada, com o fim de explorar a relação entre o corpo humano e a arquitectura da rua.

Quando falamos de intervenções, independentemente do seu carácter, o conhecimento do lugar é condição para o seu êxito. Quando se trata de intervir numa rua, o conhecimento da mesma pode revelar-se um processo bastante complexo, sobretudo o conhecimento das suas camadas humanas ou sociais, propriedades menos evidentes e concretas.

Património imaterial ou intangível é aquele que é intocável, aquele que não existe na sua essência enquanto objecto. A sua materialização, no entanto, permite que seja percepcionado. A exposição *Rugologia – o Arquivo da Rua*, criada a partir de elementos visíveis, plásticos, lumínicos e tangíveis, procurou comunicar a essência e possível património imaterial da Travessa da Queimada.

Rugologia é uma palavra inventada. Vem do grego *rugo* – rua e de *logia* – estudo, significa o estudo da rua. Como é que se pode estudar uma rua? A resposta teve que passar pelo estudo das inúmeras camadas associadas a um território tais como a sua história, geografia e toponímia (com a ajuda de documentos antigos e actuais, através das memórias dos seus habitantes, comerciantes, e todos aqueles que a partilham). A informação encontrada e reunida sobre a Travessa da Queimada revelou-se muito extensa: uma única rua pode parecer inicialmente uma realidade relativamente pequena, no entanto, no desenvolvimento do projecto, manifestou-se como infinitamente divisível, onde cada uma das suas partes era passível de ser um distinto objecto de estudo.

O maior desafio nesta investigação, pelas suas características idiossincráticas, foi definir a sua metodologia. Comecei por organizar a rua através dos números de polícia, construí um livro onde as páginas são envelopes, portas e contentores das respectivas histórias, imagens e documentos. Este método permitiu que fosse adicionada informação, não apenas durante o período da investigação, mas também depois deste terminar.

A Travessa da Queimada é uma rua em forma de vale. Por ser uma das principais artérias de entrada no Bairro Alto, tem movimentos de pessoas muito específicos ao longo do dia. Além de bastante comércio diurno e nocturno, tem algumas casas vazias também com muito para contar.

Rugologia partiu de um exercício lançado pelos professores Luís Jorge Gonçalves e Nuno Sacramento no Mestrado de Museologia, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa. Este exercício tinha como objectivo, numa primeira fase, a investigação exhaustiva de uma rua no centro de Lisboa e, numa segunda, o desenvolvimento de um projecto na mesma, na base dessa investigação.

Depois de todo o tempo passado na rua e reunida a extensa informação sobre a mesma, senti que não tinha ainda acesso à sua vivência integral. Perante este sentimento, apercebi-me de que para aprofundar este conhecimento teria que dar um novo passo na aproximação à rua.

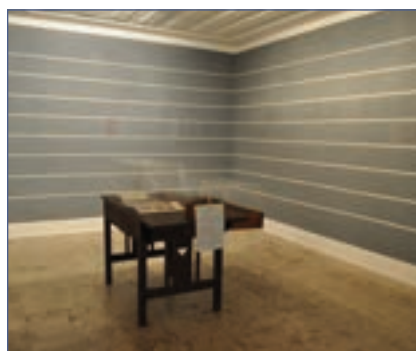
Durante uma semana fui uma habitante da Travessa da Queimada. Vivi num hostel com duas grandes janelas viradas para o meu objecto de estudo. Durante estes dias convidei colegas, amigos, família e conhecidos: pessoas de diferentes áreas, com variadas experiências e origens. Através das suas distintas impressões, formações e interesses surgiram conversas críticas em volta do estudo que decorria, possibilitando uma visão mais abrangente, e talvez mais real desta rua. Foi possível conhecer as diferenças abismais entre a sua actividade diurna e nocturna, (tema bastante polémico entre os habitantes), ser cliente do talho, experimentar os diferentes restaurantes, conhecer o cabeleireiro ali estabelecido há várias décadas e sobretudo ser tratada por 'vizinha' pelo merceiro.

Ao adicionar os registos desta intensa semana e ao comparar com a investigação anteriormente feita, entendi que tinha uma espécie de arquivo que contava uma grande história sobre a Travessa da Queimada. História essa que foi partilhada na própria rua, em forma de exposição, num espaço (gentilmente cedido pela Somafre, S. A.) que já foi uma livraria. A pequena comunidade da Travessa da Queimada contribuiu para a construção da exposição – comerciantes e moradores revelaram-



O mapa da rua.

Foi pedido aos visitantes da exposição que fizessem de memória o mapa da Travessa da Queimada, para através dos vários desenhos ser possível identificar quais os elementos mais representativos da rua.



Homenagem à Livraria Ultramarina.

O n.º 26 da Travessa da Queimada foi a Livraria Ultramarina, nesta sala foi feita uma homenagem à história do lugar da exposição. Foi pedido aos visitantes que deixassem desenhados alguns dos seus livros de referência nas prateleiras também desenhadas da parede. Na mesa alguns livros abertos que fazem referência à história da rua.



O senhor Carlos, dono do talho da Travessa da Queimada, na exposição com a família, a olhar para as histórias e fotografias do seu estabelecimento.



Entrada da exposição, no n.º 26 da Travessa da Queimada, os caixotes de fruta foram amavelmente oferecidos pela mercearia da rua para a exposição.

-se valiosos participantes. Os novos visitantes da rua, através da exposição puderam ter acesso ao seu conjunto de memórias, e aqueles que já a conheciam ficaram sensibilizados ao descobrir que havia tanto para contar sobre ela. A exposição *Rugologia – o Arquivo da Rua* funcionou como um arquivo aberto sobre a Travessa da Queimada, no sentido em que os seus visitantes puderam ainda contribuir para o seu crescimento, depositando no espaço as suas próprias impressões. Penso, no entanto, que este arquivo ou que esta história não está completa, continuo também a pensar em como a contar melhor. No fundo, a história de uma rua é uma história interminável, como a história de qualquer lugar.

A prática artística contextualizada ou

socialmente comprometida implica naturalmente a participação da comunidade ligada ao lugar. Ao trabalhar no sentido da inclusão, cultural e intelectual, este projecto absorveu o conhecimento da rua e suas especificidades, tornando-o assim acessível e relevante para as partes que nele foram activos. Pelo que pude observar, *Rugologia* foi um projecto catalisador para a alteração da perspectiva da rua por aqueles que tiveram acesso ao projecto, a reacção colectiva foi de reconhecimento e identificação. Pela vossa participação, muito obrigada a todos. 

CONSTANÇA SARAIVA,
constancasaraiva@gmail.com
www.rugologia.com

Proposta de refuncionalização para o lagar do Pomarinho – Santiago do Escoural

Programa preliminar de intervenção museológica

A proposta aqui trazida à discussão apresenta-se como o esboço para um programa de intervenção e recuperação do património edificado partindo da legitimação do valor patrimonial do núcleo do antigo Lagar de Azeite – “Lagar do Pomarinho” – sito em Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo.



Complexo do Lagar do Pomarinho.

Subjacente a esta formulação surge a proposta de refuncionalização e musealização deste lugar enquanto espaço definido pela sua vida social, integrando a comunidade, o indivíduo, o espaço humanizado e edificado e o campo da memória social.

Em suma, este programa sugere uma proposta catalisadora de contributos vários. Através de uma intervenção desta natureza, ajustada ao local, pretende-se proceder à sua (re)apropriação através da aproximação das memórias do local com o local. Por outras palavras, pretende-se problematizar o complexo do Lagar e a sua envolvente contribuindo para a requalificação da malha urbana em interacção com o rural, devolvendo ao Lagar a sua dignidade estética e social.

LÓGICA DE LUGAR

Situado numa zona descontínua da malha urbana orgânica, o complexo edificado do Lagar apresenta-se quase no limiar da paisagem rural, mal articulado morfologicamente em relação ao tecido orgânico da vila. A área total do terreno é de 880m², com uma área de implantação de 650m². Do ponto de vista sociológico, o espaço habitado, socializado e culturalizado poderá ser apreciado como uma reprodução de memórias fixadas. O Lagar é então tomado como um espaço de convergência de experimentação individual e colectiva que concorre para a formação da sua identidade social. O espaço é aqui entendido como lugar antropológico, uma construção simbólica que

pressupõe traços identificatórios, relacionais e históricos.

Pretende-se estabelecer o nódulo de identidade que permite legitimar o núcleo do Lagar como um sítio de interesse patrimonial, nódulo este que sustentará a sua valorização e divulgação.

LAGAR COMO SÍTIO DE INTERESSE PATRIMONIAL

O conceito de património é dotado de uma carga profundamente identitária. O valor patrimonial está directamente associado à historicidade do *objecto*, à sua significação cultural, ou seja, a construções plenas de valores representativos da memória colectiva de uma determinada comunidade.

Considerado um bem cultural, destaca-se no tecido urbano e no conjunto das manifestações culturais por representar heranças técnicas e culturais de temporalidades passadas, de significação histórica. São estes os elementos não tangíveis do património cultural que carecem ser salvaguardados. A especificidade das configurações espaciais internas, a constituição estética, as formas e os símbolos inscritos na matriz do edificado, os objectos e artefactos, representam imagens repletas de memórias e valor patrimonial.

O conjunto do Lagar, considerado um bem cultural em virtude da sua unidade ou integração na paisagem, assume um valor singular do ponto

de vista etnológico e antropológico uma vez que compreende realizações singulares da actividade humana. O Lagar é, assim, objecto de um plano de salvaguarda do valor patrimonial, reabilitação e renovação tendo em conta as especificidades da sua morfologia e contexto social.

PATRIMÓNIO EDIFICADO

Do ponto de vista urbanístico, o alargamento do conceito de património arquitectónico ao conjunto do edificado, prende-se com a noção de “museificação” do património, permitindo uma reapropriação do passado para motivos culturais ou lúdi-

cos. Não obstante, ao património físico e construído junta-se a cultura na sua dimensão imaterial. A consagração da noção de sítio com valor patrimonial lança as bases para o reconhecimento em particular dos “objectos monumento” como objectos de salvaguarda patrimonial. O modelo de intervenção no espaço traduz-se no conceito de reabilitação que, por sua vez, defende a salvaguarda dos conjuntos históricos de matriz rural tradicional. A ideia de reabilitação constitui-se, deste modo, como a base para o entendimento do património e para a sua respectiva salvaguarda numa perspectiva mu-

seológica. Preservar o património passa assim a integrar uma conceptualização mais ampla, incorporando a necessidade de o devolver à comunidade de pertença.

Neste sentido, importa ter em conta o edificado e sua interacção na malha urbana em que se insere, a capacidade de adaptação do edificado às novas exigências funcionais, o nível de intervenção a assumir nas acções de reabilitação. A definição dos parâmetros de intervenção estende-se aqui à noção de espaço material, de configuração estética e de funcionalidade pré existente.

A materialização do complexo edificado do Lagar num equipamento cultural pressupõe um espaço qualificado e renovado em termos arquitectónicos. Uma intervenção desta natureza passa por redesenhar o espaço cénico do tecido urbano, actuando a vários níveis, considerando a linguagem arquitectónica e o seu contexto de inserção. Não obstante, a valorização do edifício enquanto obra arquitectónica poderá funcionar como um factor de captação de público, evocando a experimentação da própria arquitectura.

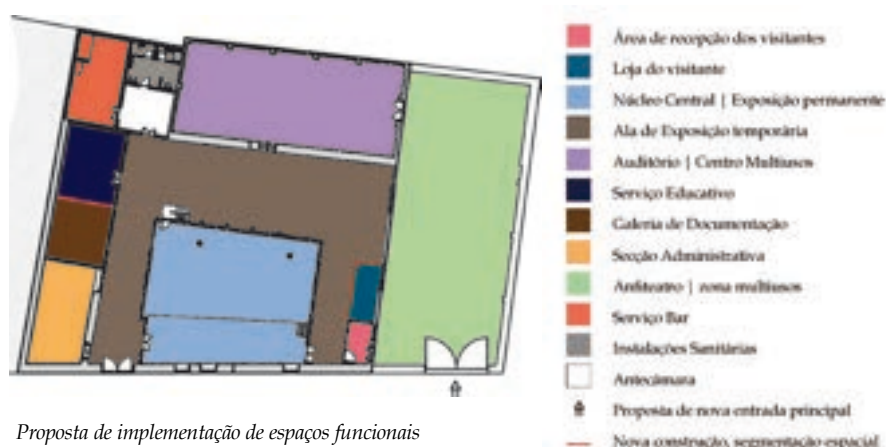
MODELO DE REFUNCIONALIZAÇÃO

Trata-se de uma tentativa de inovação museológica ao nível do plano local, assumindo, porém, um importante papel na descentralização cultural e na projecção sociocultural. O presente programa apresenta-se como um diagnóstico que sugere hipóteses no âmbito de uma intervenção museológica de carácter industrial e etnográfico. Aqui, o património arquitectónico integrado e a circunscrição dos testemunhos em relação ao espaço físico, fomentam uma reconversão programática *in situ* com base em elementos que conjugam, de forma coerente, os conteúdos e o espaço físico.

PEDRO GRENHA,
Antropólogo



Aspecto do interior do Lagar – Casa das Mós, futuro Núcleo de exposição permanente.



Proposta de implementação de espaços funcionais para o Núcleo Museológico do Lagar.

A Organaria enquanto bem identitário

A imaterialidade de combinar sons e silêncio exige-nos dar importância à preservação do património musical. Por conseguinte, a recente intervenção no órgão de tubos pertencente à Capela de Nossa Senhora da Esperança, em Sátão, Viseu fez perdurar este instrumento de excelência e de destaque na liturgia cristã, revitalizando o culto divino.



Notação musical para órgão datada do século XVI¹.

PATRIMÓNIO IMATERIAL: SALVAGUARDAR PARA TRANSMITIR

O conceito de Património é amplo e engloba categorias como material e imaterial, que respeitam as directivas de qualidade, lugar e situação, temporalidade e substância patrimonial, tanto pública como privada.

Salientamos assim a importância da preservação do património musical dando como exemplo a Organaria e um caso prático, seguindo as linhas da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em vigor desde 20 de Abril de 2006, relativa à protecção dos bens culturais, que se ressaltam como resumo do património imaterial da humanidade: as tradições orais, os reportórios musicais, os saberes construtivos,

lendas, costumes, etc.. Enaltece o carácter determinante desta categoria o elo à comunidade que a produz.

Assim sendo, o caso em análise manifesta-se nos domínios da prática social, concretamente da comunidade litúrgica e dos fiéis que ritualizam o seu dia-a-dia, como também, num sentido mais lato, no domínio da arte, na medida em que exalta as artes do espectáculo. Pretende-se, portanto, a sensibilização para a salvaguarda do bem identitário como um fim em si mesmo, cuidando do património imaterial e garantindo a transmissão colectiva de geração para geração.

AS ARTES DO ESPECTÁCULO, OS EVENTOS FESTIVOS E A ORGANARIA

A música é uma arte de representação incluída nas artes do espectáculo como forma de linguagem e de expressão. A sua prática cultural e a sua herança, forjadas pelo homem, devem ser preservadas e, neste sentido, a preservação do património musical é uma forma de sobrevivência da própria musicalidade e da sua imaterialidade.

O órgão é o mais complexo dos instrumentos a nível de construção: possui grande potência sonora, tendo

sido o primeiro instrumento de teclas. Recria a sensação entre o tangível e o intangível – ao pressionar uma tecla, a nota do órgão prolonga-se, não pára, é eterna.

Outrora ligado a manifestações laicas, o seu uso foi autorizado nas igrejas pelo Papa Vitaliano no século VII. Torna-se participante na acção litúrgica com Pio XI e indispensável no cerimonial litúrgico no pontificado do Papa Pio XII: *tenha-se em grande apreço na Igreja latina o órgão de tubos, instrumento musical tradicional e cujo som é capaz de dar às cerimónias do culto um esplendor extraordinário e elevar poderosamente o espírito para Deus*².

A Igreja transformou-o, dando-lhe grandes proporções físicas, firmeza e magnificência; nas igrejas católicas, por norma, o órgão situa-se numa zona elevada em relação aos fiéis, no coro alto ou na capela-mor, em tribuna.

O órgão materializa o canto de um coro, de um solista, o início de um serviço eucarístico e o seu desfecho; proporciona vivências da comunidade dentro dos espaços religiosos, através do sentido da audição – a cultura e o estado emocional de cada indivíduo vai ter impacto na forma como reinterpreta o que ouve, embora se encontre inserido

num ritual comum. O enriquecimento que este instrumento dá ao culto é relevante para os seus membros, pois identifica-os e torna-os distintivos de outras comunidades. As igrejas são lugares de concertos realizados fora das celebrações devendo identificar-se com a música religiosa: *não é legítimo programar para uma igreja a execução de uma música que não seja de inspiração religiosa e que foi composta para ser executada em contextos profanos precisos, seja ela clássica, ou contemporânea, de alto nível ou popular: isto não respeitaria o carácter sagrado da igreja, e a mesma obra musical seria executada num contexto que lhe não é conatural*³.

Isso acontece se a função do objecto (instrumento) se mantiver funcional e preservada, ou seja, no caso do órgão de tubos da Capela de Nossa Senhora da Esperança, permite que o organista mantenha viva a exaltação do culto através da arte musical de índole sacra.

PRESERVAR A IMATERIALIDADE DE UM ÓRGÃO DE TUBOS

Enquanto instrumento musical, o principal elemento que define um órgão de tubos é a composição dos seus registos e a sua particular maneira de soar, que deve ser respeitada e preservada. Neste campo, sob o pretexto do tratamento material do objecto, uma intervenção de conservação e restauro não pode provocar alterações significativas na sonoridade original. Aliás, os objectivos da intervenção de conservação e restauro deverão ser, não só a recuperação estética e a preservação dos materiais, mas sobretudo a recuperação da especial maneira de soar daquele órgão em particular, da sua sonoridade original.



Vista de pormenor sobre os três corpos de tubos do órgão da Capela de Nossa Senhora da Esperança.

Por este motivo, uma intervenção neste campo de trabalho terá de pautar-se necessariamente por um duplo critério: o critério de intervenção mínima relativamente aos elementos existentes, mas indo mais além quanto aos elementos em falta, repondo-os com novos tubos construídos com as mesmas técnicas e materiais originais, muito embora dotando-os de uma marca, para que possam ser claramente diferenciáveis dos originais.

A recuperação do órgão de tubos da Capela de Nossa Senhora da Esperança obedeceu criteriosamente a tais preceitos: a intervenção, realizada pelo Atelier Samthiago e pelo Mestre Organeiro Manuel Fonseca, teve sempre como fio condutor e principal objectivo a recuperação do seu som original; procurou-se, pois, a recuperação integral da sua imaterialidade patrimonial.

Este órgão foi executado em 1768, por Francisco António Solha, Mestre Organeiro galego, radicado em Portugal na segunda metade do século XVIII: de estilo rococó, situado no coro alto do lado da Epístola, é classificado por decreto de 1978. É um exemplar muito interessante pela sua qualidade, proporção e quantidade de recursos musicais de que dispõe: a sua caixa, com quase quatro metros de altura, alberga seis registos para cada mão (de carácter Ibérico 6+6, com três corpos de tubos); a torre central, semicircular, alinha os tubos, os quais se encontram assentes sobre uma estrutura decorada por meio de concheados e enrolamento.

No espaço correspondente ao Atril do órgão, por cima do teclado, podemos ler uma máxima de exaltação à Virgem, em estrita ligação com a musicalidade do instrumento: *Aplauda agora Maria com o órgão*.




Concerto de música sacra, promovido na recém-recuperada Capela de Nossa Senhora da Esperança. Vista geral sobre a nave⁴.

CONCLUSÃO

A conservação de um órgão de tubos é uma disciplina específica, distinta de qualquer outra, mesmo dentro da conservação e restauro, especificidade que resulta em parte da sua dualidade funcional – obra de arte e instrumento musical. Qualquer elemento mecânico, estrutural ou sonoro que lhe falte, deve ser restituído, ao contrário do que se passa em outras disciplinas da Conservação e Restauro: não se pode aqui simular com pequenos traços ou cromatismos mais suaves discerníveis apenas a curta distância, como se faz no restauro de pintura ou policromia em geral; se se tratasse de uma escultura, com a falha de um dedo ou de um braço, poderíamos deixá-la sem esse elemento, sem que o observador tivesse dificuldade de perceber a essência da peça.

Num instrumento musical, se faltam elementos produtores de som, não se pode imaginar o som da música, da forma para que foi concebido, não se consegue sentir a sonoridade particular daquela obra de arte. Nesta coincidência, num mesmo objecto, de um património material riquíssimo e de uma beleza extraordinária e de um património imaterial cheio de simbologia e significado, temos de privilegiar esta segunda característica, o que constitui, de facto, a especificidade de uma intervenção deste tipo – daí a importância de recuperarmos a particular maneira de soar de um órgão de tubos.

O órgão da Capela de Nossa Senhora da Esperança é um instrumento emblemático que mereceu ser devolvido ao seu estado original sem nenhum tipo de limitação: hoje

cumprir a sua dupla função – embelezar e enriquecer o espaço em que se encontra e, a nível funcional, é utilizado para dar diversos concertos onde o seu som único surge em comunhão com toda a envolvente Barroca. 

NOTAS

¹ Wolfenbüttel Herzog August Bibliothek.

² Constituição Apostólica SACROSANCTUM CONCILIUM, artigo n.º 120.

³ CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, *Concerti nelle chiese*, n.º 8, in EV 10, 2259.

⁴ Gabinete de Comunicação Social da Câmara Municipal de Sátão – 8 de Setembro de 2010 (Fonte).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

EUSÉBIO, Maria de Fátima – A capela de Nossa Senhora da Esperança, Ed. Fundação Mariana Seixas: Viseu, 2006.

GOMES, Manuel Saturino da Costa – *Património Classificado*. Actas dos encontros promovidos pelo IPPAR e pela UCP. Universidade Católica: Lisboa, 1997.

MIGUEL, Ana M. M. – *Historia de la conservación y la restauración desde la antigüedad hasta el siglo xx*. Editorial Tecnos: Madrid, 2002. pp. 245-246.

RAMOS, Célia – O órgão de tubos – das origens profanas à consagração religiosa. In Revista da Faculdade de Letras – DCTP. Faculdade de Letras do Porto: Porto, 2003. vol. 2. pp. 229-244.

RAMOS, Manuel João – Breve nota crítica sobre a introdução da expressão “património intangível” em Portugal. In, *Conservar para Quê?*. DCTP-FLUP-CEAUCP-FCT: Porto-Coimbra, 2005. pp. 67-76.

UNESCO – http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9. 18 Nov. 2010.

UNESCO – http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=16. 18 Nov. 2010.

ANTÓNIO OLIVEIRA,
Conservador-restaurador
aoliveira@samthiago.com
CARLOS COSTA,
Conservador-restaurador, sócio-gerente
ccosta@samthiago.com
Atelier Samthiago – Conservação e Restauro

O automóvel eléctrico nas cidades portuguesas

Uma solução pouco amiga do ambiente

Recentemente, tem sido feita uma divulgação do automóvel eléctrico como uma boa solução para reduzir as emissões no interior das cidades. Como iremos ver ao longo deste artigo, no nosso país, o automóvel eléctrico não será menos poluente que o automóvel tradicional, podendo até ser mais poluente e acarretar mais inconvenientes ambientais.

ALGUMAS DAS NOSSAS CIDADES PADECEM DE UM GRAVE PROBLEMA, A INTENSA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA PROVOCADA PELO TRÁFEGO AUTOMÓVEL. ULTIMAMENTE TÊM SURTIDO NOTÍCIAS QUE DÃO O AUTOMÓVEL ELÉCTRICO COMO UMA SOLUÇÃO PERFEITA PARA RESOLVER ESTE PROBLEMA.

POR DIVERSAS RAZÕES, QUE A SEGUIR SE DESCREVEM, O AUTOMÓVEL ELÉCTRICO EM PORTUGAL É UMA SOLUÇÃO MUITO POUCA AMIGA DO AMBIENTE.

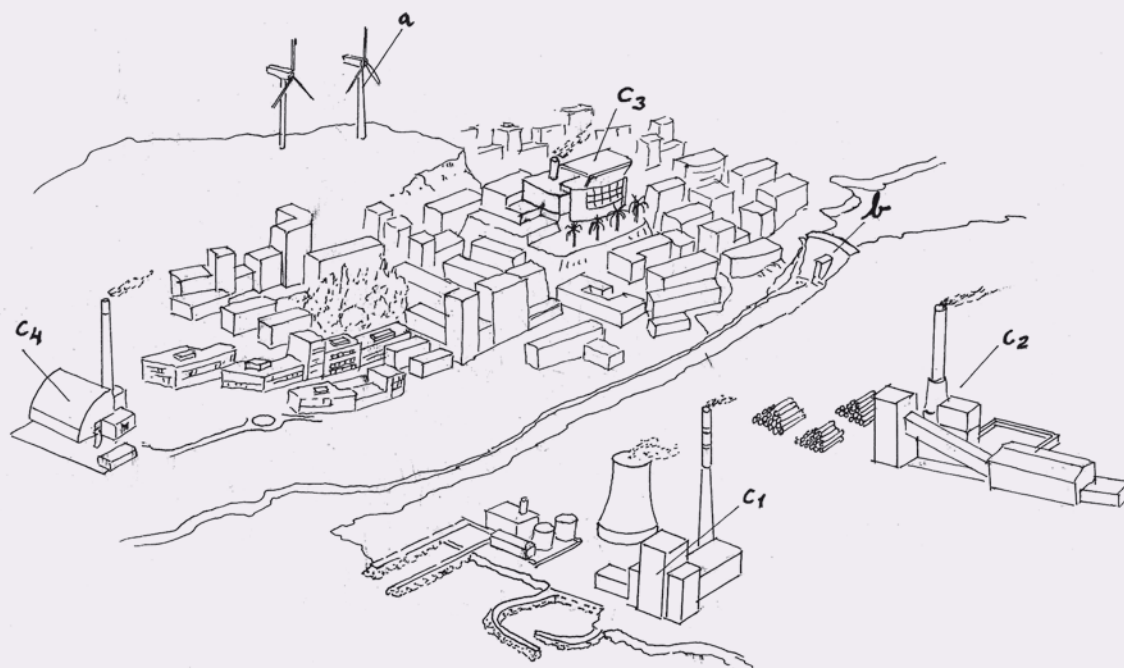
1. EM PORTUGAL SÃO DIVERSAS AS FONTES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA PARA AS CIDADES.

a- AS TURBINAS EÓLICAS SÓ TRABALHAM QUANDO HÁ VENTO (É AÍ QUE DEIXAM DE TRABALHAR QUANDO O VENTO É MUITO FORTE). DEVIDO AOS GRANDES INVESTIMENTOS FEITOS NESTE TIPO DE RENOVÁVEIS, O PREÇO DO KW/H É UM DOS MAIS CAROS DA EUROPA, O QUE DIFICULTA A ABERTURA DE NOVAS FÁBRICAS ENTRE NÓS.

b- AS BARRAGENS, DURANTE UMA BOA PARTE DO ANO, TURBINAM MENOS PARA SE POUPAR A ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO OU PARA AS CARÊNCIAS DE ENERGIA EM PICOS DE CONSUMO (AS BARRAGENS CONSEGUEM ARRANCAR MAIS RÁPIDAMENTE).

c- ASSIM, NO NOSSO PAÍS, GRANDE PARTE DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA, ESPECIALMENTE NAS HORAS DE PONTA, É DE ORIGEM TÉRMICA (DA QUEIMA DE FUELOLEO, CARVÃO OU GÁS) ISTO É, COM EMISSÕES IMPORTANTES.

RECENTEMENTE FORAM ATRIBUÍDOS VÁRIOS INCENTIVOS AOS SISTEMAS DE CO-GERAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA. O PROBLEMA É QUE A LIBERALIZAÇÃO DO SECTOR DA ENERGIA TEM CONTRIBUÍDO PARA A



DISTORÇÃO DOS OBJECTIVOS AMBIENTAIS INICIAIS. À HORA DE PONHA TODOS QUEREM VENDER ENERGIA ELÉCTRICA À REDE (ALTURA EM QUE O PREÇO DO KW/H É MAIS ELEVADO), ASSIM TEMOS OS SEGUINTE EXEITOS NEFASTOS:

C1-UMA CENTRAL TÉRMICA PRECISA DE BASTANTE TEMPO PARA ARRANCAR E PARA PARAR, POSSUINDO VÁRIOS INCONVENIENTES AMBIENTAIS QUE SE DESCREVEM MAIS À FRENTE.

C2-EXISTEM FÁBRICAS QUE PÔEM OS SISTEMAS (FORNOS) A TRABALHAR, NÃO PARA FABRICAR PRODUTOS, MAS SIM PARA APENAS VENDER ELECTRICIDADE À REDE. SE O PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO VOLTAR A SUBIR, MUITAS PODERÃO QUEIMAR TOROS BONS DE EUCALIPTO SÓ PARA PRODUZIR ELECTRICIDADE.

C3-NAS GRANDES CIDADES, OS CENTROS COMERCIAIS EQUIPAM-SE COM MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA GIGANTES PARA PRODUZIR ELECTRICIDADE. O PROBLEMA É QUE ESTES MOTORES EMITEM PARA ALÉM DO CO_2 O NO_x , UM POLUENTE NOCÍVO IDÊNTICO AO DO TRÁFEGO AUTOMÓVEL.

C4-AINDA NAS GRANDES CIDADES, PROCEDE-SE À QUEIMA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS INDIFERENCIADOS PARA SE PRODUZIR ENERGIA ELÉCTRICA. QUANTO MAIS LIXO SE PRODUZ, MAIS ENERGIA SE PRODUZ. QUANTO MENOS SE SEPARA O LIXO, MELHOR ESTE ARDE.

DEVIA-SE PROCURAR PRODUZIR MENOS RESÍDUOS, SEPARAR MAIS E SÓ O QUE NÃO FOSSE POSSÍVEL RECICLAR DEVERIA IR PARA ATERRO. COM A SOLUÇÃO ACTUAL DE UMA FORMA "ENGENHOSA" O LIXO VAI PARA A ATMOSFERA LIBERTANDO TOXINAS E XURANOS.

2. COMO UMA BOA PARTE DA ENERGIA ELÉCTRICA PRODUZIDA EM PORTUGAL É DE ORIGEM TÉRMICA, A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE UM CARRO ELÉCTRICO EM PORTUGAL É MUITO INFERIOR AO AUTOMÓVEL TRADICIONAL.

OS INCONVENIENTES DE UMA CENTRAL TERMO-ELÉCTRICA SÃO OS SEGUINTE:

A- BOMBAR, FILTRAR, DESMINERALIZAR, DESINFECTAR GRANDES QUANTIDADES DE ÁGUA PARA O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO.

B-UMA PARTE DA ÁGUA PERDE-SE NA FORMA DE VAPOR.

A LIBERTAÇÃO DE VAPOR PARA A ATMOSFERA TORNA-A MAIS INSTÁVEL.

C-A ÁGUA LIBERTADA PARA O MEIO AQUÁTICO É LIBERAMENTE QUENTE. COMO A ÁGUA QUENTE FICA POR CIMA E NÃO SE OXIGENA, TENDE A TORNA-SE O FUNDO ANÓXICO.

D-O RENDIMENTO DE UMA TURBINA OU CALDEIRA É DE CERCA DE 35%. (O RESTO É PERDIDO EM VIBRAÇÕES, CALOR E GASES QUENTES).

E-O ALTERNADOR (GERADOR) TEM PERDAS POR ATRITO E VIBRAÇÕES.

F-O ALTERNADOR TEM DE SER ARREFECIDO COM HIDROGÉNIO (PERDAS DE HIDROGÉNIO).

G-SÃO LIBERTADOS OS POLUENTES DA QUEIMA.

H-O TRANSFORMADOR DE CORRENTE PARA A REDE DE ALTA TENSÃO TEM PERDA POR AQUECIMENTO (MENOR QUE 1%).

I-A REDE DE ALTA TENSÃO TEM PERDAS (CERCA DE 7% EM CADA 100km). AS PERDAS SÃO MAIORES NO VERÃO.

J- AO CHEGAR-SE À CIDADE, AO TRANSFORMAR-SE A ENERGIA PARA BAIXA TENSÃO, EXISTEM PERDAS NA FORMA DE CALOR.

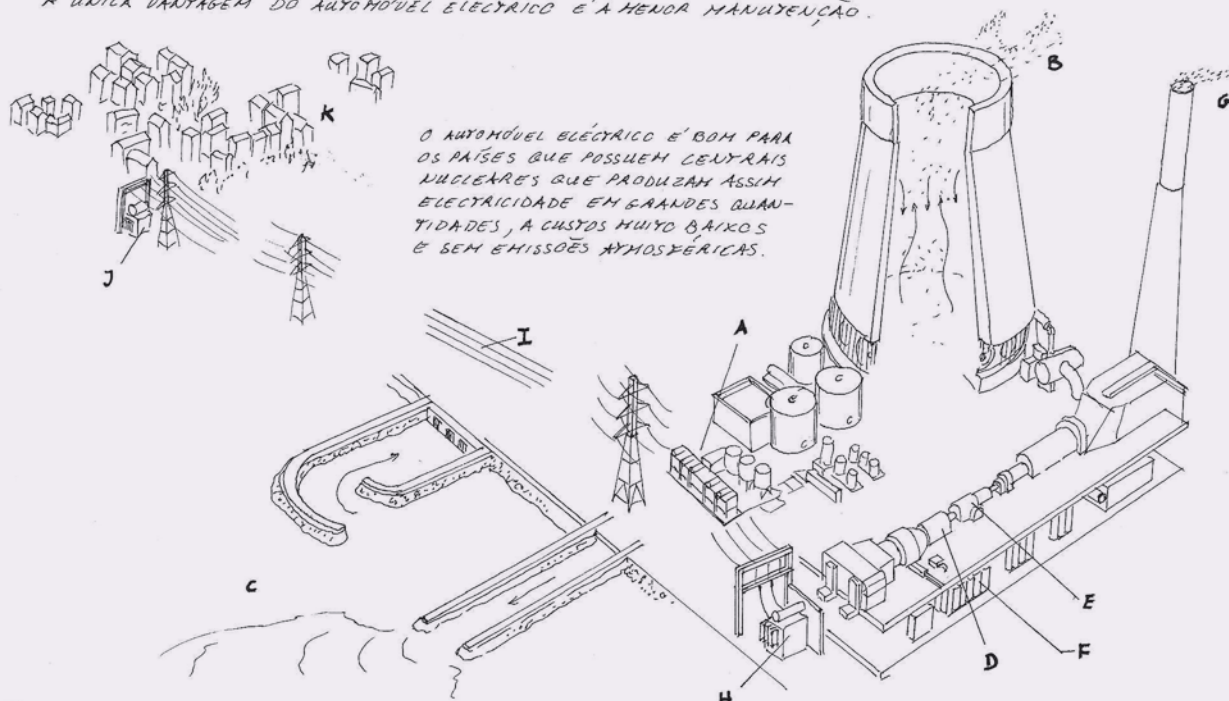
K-A REDE DE BAIXA TENSÃO TEM PERDAS AO SERVIR O CASARIO DISPERSO.

L- AO SER CARREGADA, A BATERIA DO CARRO ELÉCTRICO OFERECE ALGUMA RESISTÊNCIA.

M- SE O CARRO ELÉCTRICO NÃO FOR UTILIZADO, A BATERIA DESCARREGA.

EM VEZ DE SE PERCORRER ESTE TORTUOSO CAMINHO, O MELHOR É ABASTECER O AUTOMÓVEL TRADICIONAL COM COMBUSTÍVEL E TIRAR-SE O RENDIMENTO DE 35% SEM PERDAS.

A ÚNICA VANTAGEM DO AUTOMÓVEL ELÉCTRICO É A MENOR MANUTENÇÃO.



3.- ABATER UM AUTOMÓVEL TRADICIONAL PARA COMPRAR UM AUTOMÓVEL ELÉCTRICO ESTÁ LONGE DE SER UMA OPÇÃO MENOS POLUENTE.

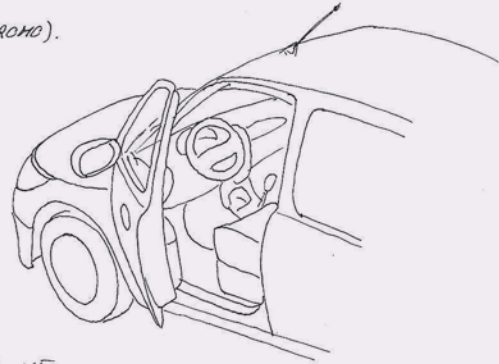
QUALQUER AUTOMÓVEL, QUANDO É FABRICADO, TEM UM MAIOR IMPACTO AMBIENTAL DURANTE A FASE DE FABRICO DO QUE DURANTE A SUA UTILIZAÇÃO, ISTO PORQUE:

- POSSUI DIVERSAS LIGAS DE METAL, CERCA DE 45 PLÁSTICOS DIFERENTES, VIDROS (LAMINADOS, TEMPERADOS E ENCURVADOS), VÁRIAS CAMADAS DE TINTAS DE PROTECÇÃO, VÁRIOS TIPOS DE BORRACHAS, VÁRIAS ESPUMAS, TÊXTEIS, ASBESTO DOS TRAVÕES, EXTENSA CABLAGEM, ETC..
- AS DIFERENTES FASES DE FABRICO (EXTRACÇÃO, REFINAÇÃO DAS MATÉRIAS PRIMAS, MANUFATURA E MONTAGEM DOS COMPONENTES) PROVOCA DIVERSOS IMPACTOS EMISSÕES, SEM COM GASTOS IMPORANTES DE ENERGIA.

O PIOR MESMO É QUANDO SE COMPRO UM CARRO NOVO PARA SE POLUIR MENOS A CIDADE E SE PASSA A LIDAR COM UM VERDADEIRO COCKTAIL DE COVs NO INTERIOR DO AUTOMÓVEL.

O FABRICO DO INTERIOR DE UM CARRO NOVO É MUITO EXIGENTE, O QUE OBRIGA À INCORPORAÇÃO DE MATERIAIS TÓXICOS (QUE PODEM AFECTAR OS APARELHOS REPRODUTOR E IMUNITÁRIO, SENDO CANCERÍGENOS PARA OS RINS E FÍGADO). OS PRODUTOS SÃO PERSISTENTES NO AMBIENTE E BIO-ACUMULANTES MESMO NO FIM DA VIDA ÚTIL DO AUTOMÓVEL. ASSIM OS MATERIAIS TÊM QUE:

- RESISTIR AO FOGO
OS RETARDANTES MAIS USADOS SÃO OS BFRs (À BASE DE BROMO).
- REVESTIR AS COMPLEXAS SUPERFÍCIES DO INTERIOR SEM FORMAR PREGAS OU RUGAS PARA ALÉM DE TEREM DE SER MACIOS PARA OS OCUPANTES.
SÃO UTILIZADOS MUITOS COMPONENTES DE PVC AOS QUAIS SÃO ADICIONADOS FRACATOS (PLASTIFICANTES QUE AUMENTAM A FLEXIBILIDADE).
- RESISTIR BEM À RADIAÇÃO SOLAR, NÃO DESBOTAR OU DEGRADAR.
ISTO OBRIGA À ADIÇÃO DE MAIS QUÍMICOS.



4.- A RECICLAGEM DE ALGUNS MATERIAIS É POR VEZES MAIS CUSTOSA DO QUE A OBTENÇÃO DA MATÉRIA VIRGEM PORQUE:

- OS VEÍCULOS, POR RAZÕES DE SEGURANÇA (ACIDENTES OU ROUBO), NÃO SÃO DESENHADOS PARA UM FÁCIL DESMANTELAMENTO.
- NUM AUTOMÓVEL EXISTE UMA GRANDE VARIEDADE DE PLÁSTICOS DIFÍCIL DE FAZER A TRIAGEM POR AS COMPOSIÇÕES SEREM PATENTADAS.
- AO SEREM RECICLADOS OS AUTOMÓVEIS TÊM EM GERAL IDADES MUITO DIFERENTES (MATERIAIS E FABRÍCOS DÍSPARES)

5.- O CUSTO POR QUILOMETRO DO AUTOMÓVEL ELÉCTRICO É ENGANADORAMENTE BAIXO.

O AUTOMÓVEL TRADICIONAL PAGA UM ELEVADO IMPOSTO POR CADA LITRO DE COMBUSTÍVEL QUE CONSUME. AS RECEITAS DESSE IMPOSTO SERVEM PARA CUSTEAR OS INÚMEROS SERVIÇOS QUE O ESTADO PRESTA.

ESTE IMPOSTO, AO TORNAR OS COMBUSTÍVEIS MAIS CAROS, FAZ COM QUE AS PESSOAS ANDEM MENOS DE CARRO (POUPEM OS AUTOMÓVEIS E POLUIAM MENOS), SEM ESTE IMPOSTO SERIA UMA VERDADEIRA "FESTA".

O AUTOMÓVEL ELÉCTRICO, AO "FUGIR" A ESTE IMPOSTO, TORNA AS DESLOCAÇÕES MUITO MAIS BARATAS, FAZENDO O PERIGO DE AS PESSOAS SE DESLOCAREM POR TUDO E POR NADA DE CARRO.

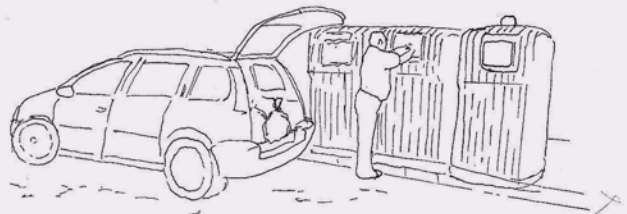
6. OS INCENTIVOS À COMPRA DO AUTOMÓVEL ELÉCTRICO FAZEM AUMENTAR A NOSSA DÍVIDA EXTERNA.

PORTUGAL É UM PAÍS EUROPEU RELATIVAMENTE POBRE, COM UMA INDÚSTRIA AUTOMÓVEL POUCO SIGNIFICATIVA QUE SOBREVIVE À CUSTA DE MUITOS INCENTIVOS DO ESTADO. POR OUTRO LADO, TEMOS UMA VERDADEIRA OBSESSÃO PELO TRANSPORTE RODOVÁRIO, BASTA VER QUE:

- TRANSPORTAMOS QUASE TUDO, E CADA VEZ MAIS, PELA ESTRADA EM DETRIMENTO DA FERROVIA, ATÉ PEDRAS SE TRANSPORTA POR AUTO-ESTRADAS.
- NA REGIÃO DE LISBOA A REDE DE VIAS RÁPIDAS É A MAIS Densa DA EUROPA (E A PRODUTIVIDADE CADA VEZ MENOR).
- SO' UM POR CENTO DOS PORTUGUESES SE DESLOCA HABITUALMENTE DE BICICLETA. EM MUITAS CIDADES PORTUGUESES É RARO VER-SE UMA BICICLETA E AS CICLOVIAS ESTÃO NORMALMENTE ÀS MOSCAS.
- MUITOS PORTUGUESES DESLOCAM-SE NAS CIDADES (E ATÉ EM CENTROS HISTÓRICOS) EM VEÍCULOS TODO-O-TERRENO (DUAS TONELADAS PARA TRÁS E PARA A FRENTE).
- EM MUITAS CIDADES É COMUM DEITAR-SE O LIXO DE AUTOMÓVEL.

POR OUTRO LADO, NA ALEMANHA, UM DOS PAÍSES MAIS RICOS DO MUNDO E COM UMA INDÚSTRIA AUTOMÓVEL MUITO PODEROSA E VIGOROSA, OS MATERIAIS PESADOS NEM SEQUEER SÃO TRANSPORTADOS POR VIA FÉRREA, NAS SIM POR CANAIS, E EXISTEM CIDADES COMO FREIBURGO ONDE HÁ MAIS BICICLETAS DO QUE AUTOMÓVEIS.

CONVÉM NÃO ESQUECER QUE O SECTOR AUTOMÓVEL TEM SEMPRE NOVIDADES INTERMINÁVEIS PARA LEVAR À COMPRA DE NOVOS AUTOMÓVEIS E ASSIM CONTRIBUIR PARA O MAIOR ENDIVIDAMENTO EXTERNO.

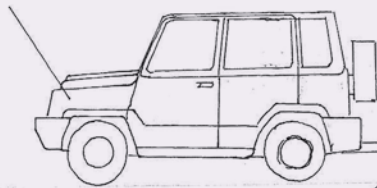


7. O RENDIMENTO DO AUTOMÓVEL TRADICIONAL PODE SER MELHORADO E A POLUIÇÃO PROVOCA DA REDUZIDA.

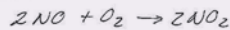
A POLUIÇÃO E PERDA DE RENDIMENTO DO AUTOMÓVEL TRADICIONAL PODE SER EXPLICADA DA SEGUINTE FORMA:

a- A ATMOSFERA É COMPOSTA PARCIALMENTE POR 78% DE AZOTO E 21% DE OXIGÉNIO. O AZOTO AJUDA A ESPALHAR O OXIGÉNIO DE FORMA UNIFORME À SUPERFÍCIE DA TERRA. O AZOTO E O OXIGÉNIO NÃO SE COMBINAM FACILMENTE ENTRE SI.

d- QUANDO A COMBUSTÃO É IMPERFEITA O AR NÃO SE QUEIMA POR COMPLETO E DEVIDO À ALTA TEMPERATURA Atingida ALGUM DO AZOTO COMBINA-SE COM O OXIGÉNIO, FORMANDO O ÓXIDO NITROSO.



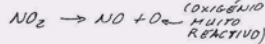
e- AO SAIR PARA O EXTERIOR ACOMPANHADO POR OUTRAS BASES, O ÓXIDO NITROSO TENDE A REAGIR COM O OXIGÉNIO DA ATMOSFERA.



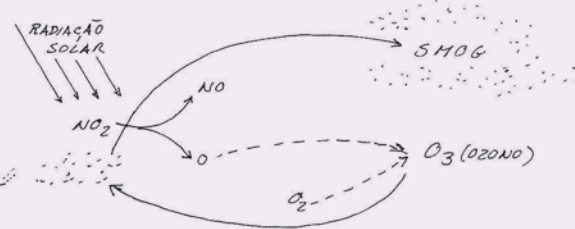
b- OS MOTORES ACTUAIS DE ALTA ROTAÇÃO NÃO DÃO TEMPO SUFICIENTE PARA QUE O COMBUSTÍVEL QUEIME DE FORMA COMPLETA.

c- ESTA SITUAÇÃO AGRAVA-SE NOS DIAS QUENTES. O AR QUE ENTRA NO MOTOR, POR ESTAR MAIS EXPANDIDO, TEM MENOS PARTÍCULAS PARA O MESMO VOLUME, O QUE FAZ COM QUE A COMBUSTÃO SEJA MAIS IMPERFEITA.

f- A RADIAÇÃO SOLAR PROVOCA A DECOMPOSIÇÃO FOTOQUÍMICA DO DIOXÍDO DE AZOTO.



i- O OZONO, POR SER MUITO REACTIVO, REAGE TAMBÉM COM OS GASES DE ESCAPE FORMANDO UM NEVEIRO PERSISTENTE NAS CIDADES, "O SMOG".



g- O OXIGÉNIO MUITO REACTIVO TENDE A COMBINAR COM O OXIGÉNIO DO AR FORMANDO O OZONO DE BAIXA ATMOSFERA.



h- O OZONO CRIADO É MUITO REACTIVO, PROVOCA LESÕES NOS TECIDOS PULMONARES E DEGRADA ALGUNS DOS MATERIAIS DOS EDIFÍCIOS E DOS AUTOMÓVEIS, ESPECIALMENTE AS BORRACHAS.

É POSSÍVEL MELHORAR O RENDIMENTO DO AUTOMÓVEL TRADICIONAL E DIMINUIR A SUA POLUIÇÃO ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE UM PEQUENO E SIMPLES DISPOSITIVO, EVITANDO-SE A COMPRA DE UM NOVO AUTOMÓVEL ELÉCTRICO.

O PROCESSO FUNCIONA DA SEGUINTE FORMA:

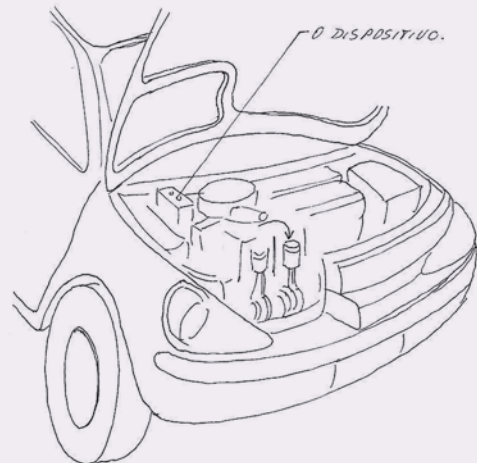
-UM AUTOMÓVEL TRADICIONAL PRODUZ MAIS ENERGIA ELÉCTRICA DO QUE PRECISA.

-UTILIZANDO UMA PEQUENA FRACÇÃO DA ENERGIA ELÉCTRICA DISPONÍVEL, PODE-SE NUM PEQUENO DISPOSITIVO PROMOVER A ELECTROLÍSE DA ÁGUA, OBTENDO-SE DOIS GASES, O HIDROGÉNIO (H) E O OXIGÉNIO (O).

-AS PEQUENAS QUANTIDADES DOS GASES ASSIM OBTIDOS, UM COMBUSTÍVEL E OUTRO COMBURENTE, SE FOREM CONDUZIDOS PARA A ADMISSÃO DO MOTOR, VÃO PROVOCAR UMA QUEIMA MAIS RICA E PERFEITA.

-A MELHOR COMBUSTÃO ASSIM CONSEGUIDA TEM AS SEGUINTE VANTAGENS:

- EMISSÕES MUITO REDUZIDAS DE NOX
- REDUÇÃO NOS CONSUMOS (26%)
- AUMENTO DA POTÊNCIA
- MOTOR MAIS LIMPO



TAMBÉM SE PODERIAM MUDAR CERTOS HÁBITOS, O QUE TORNARIA O AUTOMÓVEL TRADICIONAL MAIS EFICIENTE, POR EXEMPLO:

-COMO SE PROCURA AFIAR UM CERTO ESTADUO SOCIAL COM UM AUTOMÓVEL GRANDE E LUXUOSO, COMPRAM-SE AUTOMÓVEIS COM CILINDRADA SUPERIOR AO NECESSÁRIO.

-EM VEZ DE UMA CONDUÇÃO AGRESSIVA, DEVEA-SE ADOPTAR UMA CONDUÇÃO MAIS SUAVE (ECONÓMICA E MAIS AMIGA DO AMBIENTE).

JORGE MASCARENHAS,

Doutor em Arquitectura, Professor coordenador do Instituto Politécnico de Tomar

Membro da Comissão Coordenadora do Mestrado de Reabilitação e Renovação Urbana do Instituto Politécnico de Tomar

Cem anos do maior Decreto de Classificação

A classificação de monumentos representa o reconhecimento oficial do seu valor histórico-artístico. À medida que a sociedade se torna mais profundamente consciente da importância de preservar determinados edifícios que recordem um acontecimento histórico ou constituam uma obra de arte construída, surge a convicção de que o seu valor deve ser reconhecido oficialmente.

O desbaratar de monumentos e obras de arte, que se seguiu à nacionalização dos bens das ordens religiosas em 1834, agudizou a convicção de que, se o Estado adquiriu tão rico património, então tem a obrigação de cuidar dele. Foi lento o processo de institucionalização de uma acção eficaz do Estado para salvaguardar os monumentos nacionais, pois embora pensada em 1839, só em 1870 é criada a primeira Comissão dos Monumentos Nacionais. No entanto, devido às sucessivas mudanças ministeriais, esta Comissão e outras que se lhe seguiram em 1875, 1881, 1882 e 1890 tiveram curta duração e só em 1893 a Comissão dos Monumentos Nacionais adquire carácter permanente.

Mais eficiente foi a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (fundada em 1863) que, em 1880, apresentou ao governo um “Relatório e mapa acerca dos edifícios que devem ser considerados monumentos nacionais”, que apresenta uma lista de 216 monumentos (incluindo uma curta descrição da importância de cada um deles) agrupados em seis classes: 18 monumentos históricos e artísticos; 76 edifícios importantes para o estudo da história das artes, túmulos e aquedutos; 36 monumentos militares; 15 monumentos comemorativos de grandes portugueses; 32 padrões e arcos comemorativos, lugares memoráveis, pelourinhos e cruzeiros; e 39 monumentos pré-históricos.

A Comissão dos Monumentos Nacionais elaborou as bases para a classificação de imóveis como monumentos nacionais, que foram regulamentadas por Decreto em 1901. O primeiro monumento classificado em Portugal foi o Castelo de Elvas, em 1906, seguindo-se mais três decretos nos anos seguintes até que, por Decreto de 16 de Junho de 1910 (Diário do Governo n.º 136, de 23 de Junho, pp. 2163-2166), são finalmente classificados 469 monumentos nacionais.

O Decreto de 1910 baseia-se na lista de 1880, mas apresenta os imóveis de uma forma muito mais sistematizada em três grupos: monumentos pré-históricos; monumentos lusitanos e romanos; e monumentos medievais, do renascimento e modernos. No grupo dos monumentos pré-históricos estão listadas 57 antas. O grupo dos 48 monumentos lusitanos e romanos divide-se em castros, entrincheiramentos, povoações, castelos, conjuntos de marcos miliários, pontes, templos, arcos, fontes, estátuas, inscrições e ruínas. O grupo dos monumentos medievais, do renascimento e modernos está dividido em 173 monumentos religiosos (catedrais, mosteiros, basílicas, igrejas, capelas, cruzeiros, túmulos e sepulturas), em 69 monumentos militares (castelos, torres e padrões) e em 121 monumentos civis (paços reais, paços municipais, paços episcopais, paços de universidade, palácios particulares e casas memoráveis, mise-

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA
Direcção Geral das Obras Publicas e Minas
Repartição de Obras Publicas

Tendo sido satisfeitas as disposições do artigo 2.º e seu § 1.º das bases para classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais, approvadas por decreto de 30 de dezembro de 1901: hei por bem determinar que sejam considerados monumentos nacionais os que constam da nova classificação feita pelo respectivo conselho (na qual se incluem os já anteriormente classificados), que, fazendo parte integrante d'este decreto, baixa devidamente assinada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e o mesmo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 16 de junho de 1910. — REI. — José Mathias Nunes — Manuel Antonio Moreira Junior.

ricórdias e hospitais, aquedutos, charizes e fontes, pontes, arcos e padrões comemorativos, pelourinhos e trechos architectónicos). Em cada grupo e sub-grupo os imóveis estão organizados por distritos e, dentro destes, por concelhos.

Desde 1910 já foram publicados mais de 160 decretos de classificação, abrangendo um total de cerca de 3200 imóveis. A classificação obedece a uma série de critérios gerais, como sejam o valor histórico, cultural, estético, social e técnico-científico, e a critérios complementares, como sejam o da antiguidade, integridade, autenticidade, exemplaridade, singularidade ou raridade. ■

MIGUEL BRITO CORREIA,
Arquitecto

Novas tecnologias ao serviço do património

A fotografia panorâmica 360° e realidade virtual

Quer se trate de património edificado ou paisagens culturais, o registo do património cultural através da utilização de meios visuais é indispensável nas acções de conservação, tendo surgido muito recentemente uma nova tecnologia que alia a fotografia tradicional às novas tecnologias informáticas, com resultados tão surpreendentes quanto espectaculares.

Quer se trate de património edificado ou paisagens culturais, o registo do património cultural através da utilização de meios visuais é indispensável nas acções de conservação, tendo surgido muito recentemente uma nova tecnologia que alia a fotografia tradicional às novas tecnologias informáticas, com resultados tão surpreendentes quanto espectaculares.

RECONVERSÃO DA IMAGEM NA ERA DIGITAL

Por muito fiel que seja à realidade, a fotografia tradicional, estática, é incapaz de transmitir ao observador a totalidade dos espaços de forma clara e pormenorizada, informando sobre a relação espacial dos diferentes elementos em presença e contextualizando de forma inequívoca o património na sua envolvente.

A fotografia panorâmica 360° VR (realidade virtual) é mais completa e fidedigna, só passível de existir na actual era digital. Tendo por base fotos estáticas (normais), e através da utilização de tecnologia e software específicos, é possível “colar” estas fotos e transformá-las em panoramas esféricos, dinâmicos e interactivos, de alta qualidade, que podem ser visionados em computadores,



Centro do Chalet da Condessa d'Edla – Fotografia panorâmica 360° VR em formato jpg.

iphones, pda's, quiosques multimédia, etc..

Além dos detalhes que o *zoom* permite examinar, é também possível, em qualquer ponto desejado, incluir caixas dinâmicas com fotos estáticas, textos, ficheiros áudio ou vídeo, links para páginas ou *websites* relevantes, ou mesmo outras fotografias panorâmicas. Dentro de uma única fotografia VR e através de um clique de rato, acede-se a informação em formatos diversos que, de outra forma, estaria dispersa por vários ficheiros ou em diversos suportes.

Associada a esta nova forma de imagem, podem ser desenvolvidas visitas virtuais que possibilitam a deslocação entre salas ou espaços mediante a utilização de ícones para marcar o local de passagem e da inclusão de plantas ou mapas georeferenciados (Google Maps, por exemplo). As funcionalidades referidas anteriormente para as fotografias panorâmicas isoladas (textos, áudio, vídeo) podem ser desenvolvidas de uma forma integrada para toda a visita, por forma a tirar o melhor partido possível das valências do elemento patrimonial e dos recursos disponíveis.

A aplicação desta tecnologia, ainda recente no nosso país, à reabilitação do edificado e à conservação do património arquitectónico é vastíssima e pode transformar-se, a curto prazo, numa importante ferramenta de trabalho. Além do registo das diferentes fases do processo para memória futura, a visita aos sítios de forma virtual permite preparar melhor as visitas físicas ou recordar com exactidão os locais, obter informações seleccionadas e relevantes de forma fácil e expedita, aceder virtualmente a espaços de difícil acesso, analisar os detalhes repetidamente e de diversos ângulos e, ainda, apreciar os espaços na sua totalidade e enquadrados nas envolventes. A utilização da fotografia virtual de forma continuada na reabilitação, por outro lado, permite dar a conhecer com pormenor os diferentes projectos de reabilitação em



Soalho da Sala de Bilhar do Palácio de Monserrate – Fotografia panorâmica 360° VR em formato jpg.

determinada região ou desenvolvidos por uma empresa especializada, podendo ser criado um portefólio no formato de visita virtual.

UMA NOVA FORMA DE REGISTAR E PROMOVER O PATRIMÓNIO

As potencialidades desta tecnologia aplicada à reabilitação do património foi testada no decurso do levantamento fotográfico do Chalet da Condessa d'Edla em fotografia panorâmica 360° VR, solicitado pela Parques de Sintra – Monte da Lua antes do início das obras de reconstrução. Entre as imagens obtidas, importa salientar a panorâmica realizada a 4m de altura, no topo de uma das paredes interiores no centro do Chalet, que resultou num plano geral muito pormenorizado do interior que permite ver simultaneamente, na mesma imagem, várias salas do piso térreo e os quartos do primeiro piso. Outra experiência inovadora decorreu no Palácio de Monserrate, onde o desejo de preservar para o futuro as estranhas e misteriosas marcas existentes no soalho da Sala de Bilhar colocaram o desafio de conseguir uma fotografia em que o chão estivesse completa e correctamente replicado. A sala mede 9,03mx5,50m, tornando praticamente impossível conseguir uma fotografia estática de toda a área pelos meios convencionais sem grande distorção. Utilizando a técnica usada nas fotografias panorâmicas,

foi possível obter uma fotografia estática, de linhas direitas, realizada a apenas 1,70m do soalho, onde são visíveis o chão e os rodapés da sala, dando uma noção muito real e completa da configuração das marcas.

As imagens em realidade virtual fazem-nos viajar até ao mundo real através do comando de um rato de computador e um dos aspectos mais positivos das fotografias panorâmicas prende-se com o facto de o observador se transformar num agente pró-activo e interveniente, que pode escolher a cada momento o que deseja ver e a quantidade de informação a que pretende aceder.

As novas tecnologias alteram a forma como o mundo é apresentado e facilitam o acesso aos locais de uma forma cada vez mais autêntica e interactiva, exigindo que as empresas facilitem e agilizem a interacção com os seus colaboradores, com os seus clientes e com os seus públicos. Nesta constante busca de qualidade e eficiência que caracteriza a contemporaneidade, a fotografia panorâmica 360° VR e as visitas virtuais que possibilita constituem ferramentas imprescindíveis que marcam a diferença. ■

ANTÓNIO CABRAL,
Fotógrafo, Digisfera
antonio@cabral.com.pt
www.digisfera.pt

Consulta Pública do Plano de Pormenor da Baixa Pombalina



Baixa Pombalina: vista aérea.

1. A BAIXA POMBALINA:

O renascer do centro da Cidade após o terramoto de 1755. Um Património da Humanidade, testemunho de vontade colectiva apoiada numa busca técnica de resistência sísmica do século XVIII.

1.1 O Gesto Urbanístico

A Baixa Pombalina consubstancia o grande gesto urbanístico que fez renascer a cidade, destruída por um cataclismo. Na sua concepção, estão presentes três coordenadas de primeira importância:

- dá continuidade à comunidade urbana, residente e activa, que aí existiu, bem como às actividades centrais de governo;

- integra no seu novo edificado os seus valores, expressando a sua alma e a sua posição no Mundo, que o mesmo é dizer que inova na continuidade cultural;
- cria técnicas construtivas, e aperfeiçoa outras já conhecidas, que proporcionam à cidade a maior resistência possível a eventuais sismos, assegurando-lhe, deste modo, o seu futuro.

1.2. O monumento e a construção resistente aos sismos

Este era já o centro da cidade e a escolha foi recriá-lo no mesmo lugar, dando-lhe a projecção que novos tempos e novas condições de governação exigiam. Daí, a ideia de

uma grande unidade de projecto a assegurar a monumentalidade ao empreendimento e a expressão de uma estrutura forte e bem afirmada da morfologia urbana.

Do ponto de vista do edificado, trata-se duma experiência construtiva exemplar, largamente ancorada nos saberes acumulados nas construções, anteriores, do Convento de Mafra e do Aqueduto das Águas Livres.

1.3. O valor estético e construtivo do conjunto

Por tudo isto, a Baixa Pombalina foi, e continua a ser, uma referência incontornável no panorama urbano internacional, uma unidade de tecido urbano e um objecto patrimonial de alto valor estético e construtivo. E este valor não reside em cada um dos edifícios por si, mas antes é o respectivo conjunto que se constituiu nesse objecto, de uma indelével unidade, feita da diversidade de respostas a necessidades e condicionalismos vários.

1.4. O PPBP valor acrescentado para a Candidatura a P.H.

Tendo presente este enunciado, propomos que o Plano de Pormenor da Baixa Pombalina (PPBP) retome, corajosamente, o dossier de proposta de candidatura da Baixa Pombalina a Património da Humanidade, ideia que, de há muito, vem sendo inexplicadamente adiada. Essa proposta deverá ser feita sob a **forma temática do renascimento de uma cidade que, arrasada por um sismo, procurou e afinou as técnicas que lhe asseguras-**

sem a reconstrução e a sobrevivência no futuro. Esta será a originalidade de Lisboa, senhora de um centro que constitui um *study case* de indiscutível interesse histórico e construtivo.

1.5. A adaptação do PPBP

Esta retoma exige, obviamente, compromissos difíceis, porém exequíveis, **mediante a revisão, neste sentido, das normas agora propostas no PPBP:**

- os prédios pombalinos existentes deverão ser integralmente preservados, não só nos aspectos arquitectónicos como na sua estrutura de gaiola, reparando-a, reforçando-a e refazendo-a nos casos em que foi adulterada ou demolida;
- os prédios cujas gaiolas do século XIX perderam de vista a resistência aos sismos, deverão reforçar a sua estrutura aproximando-se das soluções pombalinas e procurando reduzir as volumetrias a R/C e três pisos. Estes prédios deverão ser mantidos e viabilizados porque asseguraram a continuidade do plano inicial, responsável pela unidade hoje existente, que tem de ser respeitada e valorizada;
- qualquer intervenção que venha a ocorrer neste tecido, deverá obedecer ao cartulário pombalino, sob pena de quebra lamentável da unidade do seu plano, que nos é anterior e temos obrigação, e interesse, em respeitar.

2. OUTROS CONTRIBUTOS

2.1. A Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina

A reformulação da circulação na Frente Ribeirinha entre Santa Apolónia e Cais do Sodré já realizada deverá ser retomada de modo a não só desencorajar o atravessamento mecânico da Baixa como a libertar essa faixa de contacto privilegiado com o estuário, para o que lembramos a proposta, conhecida, do Arq. Tudella:

- a eliminação da Av. da Ribeira das Naus;
- idêntica capacidade de tráfego à existente actualmente pode ser obtida pela substituição dessa Avenida, pelas Ruas do Arsenal e Alfândega (sentido poente-nascente), e pela Rua do Comércio (sentido nascente-poente) com duas passagens por debaixo das colinas – Campo das Cebolas/Rua do Comércio a nascente e Praça do Município/Corpo Santo a poente.

Deste modo se poderá alcançar a tão desejada ligação dos lisboetas com o seu rio.

Este reencontro com o Tejo deverá ser enriquecido com o desfrute do espaço do Arsenal, onde deverão estar presentes as memórias da Marinha Portuguesa com o seu Arsenal e o restabelecimento da Ribeira das Naus, com o Dique e sua ligação ao rio.

2.2. A Praça do Comércio Porta do Mar

A Baixa Pombalina tem como peça fundadora a Praça do Comércio, porta aberta ao mar, cais de partida e de acolhimento, imagem duma Nação que, nesse século XVIII, procurou reencontrar uma linha de rumo que lhe assegurasse o seu lugar na comunidade internacional. Daí, o seu indiscutível carácter monumental que, a nosso ver, não deverá, em caso algum ser desvirtuado por ocupações e actividades sem qualidade cultural e estética. A dignidade de que se reveste exige o respeito pelo espaço, preenchido por uma força visual que atrai, por si só, os que vêm admirá-lo. Obviamente, há propostas a fazer para a sua vivência – exposições, colóquios, concertos, etc., nos pisos térreos dos edifícios, com algumas actividades de restauração, que algumas já lá estão de há muito. Porém, tudo sensatamente condicionado às exigências do espírito do lugar, demasiado belo e forte para com ele se actuar de modo ligeiro.



Gaiola Pombalina.

2.3. Deslocalizações não, descentralizações

As deslocalizações das actividades centrais a que vimos assistindo são, em nosso entender, uma das causas da desertificação da Baixa. Trata-se duma violenta epidemia urbana que nos parece longe de ser debelada. Pelo contrário, anunciam-se novos ataques à permanência de tais actividades neste espaço e suas imediações. Pensamos que, face às necessidades, reais, de expansão, se deveria optar não pela deslocalização mas sim pela descentralização de serviços pelo conjunto do tecido da cidade, para o que poderá o PPBP não dar alternativas de ocupação a actividades que deverão ser mantidas. ■

FILIPE MÁRIO LOPES,
Presidente da OPRURB – Associação
Ofícios do Património e da Reabilitação
Urbana

Ruin'arte

Um ano de defesa do Património

O projecto Ruin'arte é uma forma de protesto pessoal com uma visão artística, que visa chamar a atenção para a degradação do património, verdadeiro descalabro.



Mosteiro de Santa Maria de Seixa.

O veículo é a Internet, a forma mistura fotografia e textos com rigor histórico e ironia à flor da pele, o objectivo é a defesa do património. Talvez estas palavras pudessem resumir as peças apresentadas em um ano de blogosfera, mas estaríamos a pecar por omissão, já que seguiram-se exposições, entrevistas para a comunicação social e mais trabalho de campo. Gastão de Brito e Silva parece incansável, apesar de admitir os entraves que a falta de apoios coloca ao desenvolvimento do projecto. O blog Ruin'arte percorreu Portugal continental de norte a sul, somou 1250 imagens e passou por 600 ruínas. Trabalho hercúleo, se não fosse uma gota no oceano do património

em ruína em Portugal. Todo o processo de produção dos artigos é feito por Gastão de Brito, que, fotógrafo de profissão, descobriu na investigação histórica e na escrita um prazer e um aliado na compreensão do património. À morosa investigação documental soma-se a fotografia, que através da tecnologia digital alia cores e fotografia a preto e branco, num estilo característico do blog. O resultado é a constatação de que não se pode dar o património por perdido, porque depois de ruir já não há volta a dar.

Este sentimento de indignação face ao descaso com a memória e a cultura despertou muito tempo antes do projecto Ruin'arte. Próximo a

um apeadeiro na zona da Figueira da Foz, num local esquecido pelo tempo, Gastão de Brito deparou-se com uma imagem que beirava o surreal: uma igreja colossal com fachada maneirista, que suportava árvores no seu telhado e contava ainda com uma chaminé industrial. Procurou saber do que se tratava, mas não obteve qualquer resposta. Ficou a sensação de que havia sido arrancada uma página da História de Portugal, ficou também a ideia de fotografar a preto e branco estas ruínas que se espalhavam pelo país. Anos depois regressou ao local, o panorama era o mesmo, mas fotografou a ruína. Além disto, descobriu tratar-se do Mosteiro de Santa Maria de Seixa, mandado erigir por Dom Afonso Henriques e concluído no reinado de Dom Sancho. A importância do edifício corroborava para a importância que teve ainda nos tempos da Reconquista.

Ao longo da actividade do blog diversos casos semelhantes deram o ar da sua (des)graça. Podemos citar um dos locais mais vergonhosos para a cidade de Lisboa, o Pátio de dom Fradique. A lente fotográfica registou um autêntico pátio do século XV completamente em ruínas, tomado pelos grafites e abandonado. O pátio fica nas traseiras do palácio Belmonte, entre o Castelo de São Jorge e a Cerca Moura, constituindo uma zona de passagem muito utilizada pelos turistas. A zona foi expropriada pela Câmara de Lisboa há mais de cinco anos.

Também em Lisboa existiu na avenida Casal Ribeiro um edifício de estilo arte nova, que foi habitado


Pátio de Dom Fradique.

Av. Casal Ribeiro.
Edifício onde morou Fernando Pessoa.



Cinema Paris.

por ninguém menos que Fernando Pessoa. O Ruín'arte ainda conseguiu prestar a sua homenagem ao poeta antes que a construção fosse abaixo. Por todo o país, o blog registou situações análogas, mas Gastão de Brito faz questão de chamar atenção às antigas fábricas, frequentemente relegadas ao abandono e ao esquecimento. Foram fotografadas vinte fábricas, que ao extinguirem-se, deixaram muitos sem trabalho e grandes áreas degradadas.

Algumas das ruínas registadas foram reabilitadas, outras desapareceram para sempre, muitas permanecem degradando-se dia após dia. Gastão de Brito ressalta que são necessárias acções por parte do Estado, como a diminuição de impostos para a reabilitação, que poderia repassar a carga tributária para a construção nova. A sensibilização da população em geral e da classe política em particular são objectivos que passam pelo aumento do raio de acção e do impacto do Ruin'arte. Em suma, o projecto Ruin'arte é uma forma de protesto pessoal com uma visão artística, que visa chamar a atenção para a degradação do património, verdadeiro descalabro. Apoios são bem-vindos. Para acompanhar o Ruin'arte aceda ao blog do projecto em <http://ruinarte.blogspot.com>. 

REGIS BARBOSA,
Pedra & Cal

Criação do Comité Nacional do Escudo Azul



Na sessão de encerramento do Seminário ARP – Avaliação de Risco em Património, que decorreu na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, nos dias 6 e 7 de Dezembro, representantes nacionais do ICCROM, ICOMOS, ICOM, IFLA e ICA decidiram propor a criação de um comité nacional do Escudo Azul, inserido no seio do International Committee of the Blue Shield, uma organização não governamental que tem como missão proteger os bens culturais, coordenando acções preventivas e de resposta a situações de emergência e de catástrofe.

Durante a última década, mais de 4 000 catástrofes naturais semearam morte, desolação, destruição e prejuízos incalculáveis. Desde o início do ano, os terramotos de Haiti, Japão, Chile, Taiwan, Sumatra; as tremendas inundações no Brasil, Peru, China, Índia, Paquistão, México; as tempestades que assolaram a Madeira, França, Espanha, Bélgica, Alemanha;

as erupções vulcânicas da Islândia e Java; os incêndios em Portugal, Rússia, Austrália; a explosão da plataforma petrolífera no Golfo do México, fizeram de 2010 um “*anno horribilis*” em termos de vidas humanas e perdas patrimoniais. Também as situações de conflito armado, terrorismo e vandalismo constituem um factor de risco para os bens culturais.

Não é por acaso que se multiplicaram iniciativas internacionais nos mais variados campos e que a Assembleia Geral das Nações Unidas, no primeiro Dia Internacional para a Redução de Catástrofes, celebrado no passado dia 8 de Outubro, veio alertar para que a redução de riscos é um problema (premente) de todos, que requer a participação e o empenho de governos, de organizações da sociedade civil e de redes de profissionais.

Para antecipar, para salvar, para reconstruir de forma eficaz é fundamental colaborar. Colaborar com as estruturas governamentais de salvamento, com as estruturas patrimoniais, com as instâncias nacionais e internacionais vocacionadas para a salvaguarda do património. Neste contexto insere-se a actuação do Comité Internacional do Escudo Azul, considerado o equivalente da Cruz Vermelha para o Património Cultural. Criado em 1996 pelas quatro entidades fundadoras que representam os arquivos, os museus, os monumentos e sítios e as bibliotecas (ICA, ICOM, ICOMOS e IFLA) o Comité Internacional do Escudo Azul agrupa profissionais voluntários das instituições patrimoniais e dos organismos da protecção civil, disponíveis para sensibilizar, aconselhar e inter-

vir em situações de risco e de emergência despoletados por catástrofes naturais ou guerras.

Os seus objectivos dão especial ênfase à prevenção de riscos, à formação de especialistas em gestão de situações de emergência, bem como à elaboração de normas no âmbito da prevenção e protecção de acervos e colecções patrimoniais, num espírito de entreatajuda e colaboração internacional.

Sendo essencial que iniciativas internacionais desta natureza tenham eco nos diversos países, a pouco e pouco foram sendo criados, ou estão em fase de constituição, comités nacionais.

Adoptando os princípios definidos na Carta de Estrasburgo (independência, neutralidade, profissionalismo, voluntariado, respeito pela identidade e diversidade culturais e actuação conjunta), estes comités nacionais reúnem profissionais de horizontes e formações variadas, permitindo uma troca de experiências e de informação, a possibilidade de trabalhar “no terreno”, na proximidade das colecções a proteger, beneficiando de uma vasta rede internacional de apoio. ■

ISABEL RAPOSO DE MAGALHÃES,
Representante portuguesa no Conselho do ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property)

ESMERALDA PAUPÉRIO,
Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
XAVIER ROMÃO,
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

ANÍBAL COSTA,
Universidade de Aveiro

O Código dos Contratos Públicos

O Júri do Procedimento



Escrevemos sobre o Júri, pois vem sendo comum a dúvida sobre a extensão das competências que o Código dos Contratos Públicos (de agora em diante CCP) atribui ao Júri do Procedimento.

O Júri é um órgão colegial, hierarquicamente não subordinado, no plano técnico da avaliação e ordenação de candidaturas e propostas, ao órgão adjudicante. Compete-lhe elaborar pareceres técnicos sob a “forma” de propostas de decisão para o órgão adjudicante, as quais podem ou não por aquele ser adoptadas (124.º/4, 148.º/4, 212.º/5 e 6, 215.º/3), salvo no caso da exclusão, avaliação e ordenação dos trabalhos do concurso de concepção em que o parecer técnico é vinculativo para o órgão decisor (227.º/4 e 233.º/1).

Não existe Júri no ajuste directo com um só convidado (67.º/1), nem no concurso público urgente (156.º/2).

O Júri do procedimento tem competência para: a condução das fases de instrução do procedimento pré-contratual (67.º); a abertura das propostas e organização da lista de concorrentes ou candidatos (138.º/1, 177.º/1 e 231.º/8 e 9 do CCP e 7.º/5 do DL n.º 143-A/2008); a apreciação das propostas e candidaturas (69.º/1 e 139.º/5); a elaboração dos relatórios do procedimento, designadamente, para apreciar as respostas à audiência prévia e propor ao órgão adjudicante a tomada de decisões sobre a exclusão ou selecção de candidaturas, exclusão de propostas ou de soluções e sua avaliação e ordenação (69.º/1, 122.º e 124.º, 146.º, 147.º e 148.º, 152.º, 177.º, 178.º, 183.º a 186.º, 204.º, 212.º e 215.º, 231.º e 232.º); a solicitação de esclarecimentos sobre as propostas (72.º/1) e candidaturas (183.º/1); proceder ao convite para a fase de negociações do ajuste directo e para convidar os concorrentes a apresentar as versões finais das respectivas propostas (118.º e 121.º); a publicitação das listas de concorrentes e candidatos (138.º/1 e 177.º/1); a convocatória e realização das sessões de diálogo no procedimento de diálogo concorrencial (213.º e 21.º); convidar os candidatos qualificados a apresentar os trabalhos de concepção do concurso de concepção (232.º/5); conduzir as sessões de negociação no ajuste directo e no concurso públi-

co, quando as haja (118.º/1 e 151.º), no procedimento de negociação (202.º) e no diálogo concorrencial (213.º); formular propostas de exclusão e avaliação dos trabalhos de concepção vinculativas para o órgão adjudicante (227.º/4 e 233.º/1).

Além dos poderes acabados de mencionar, o Júri terá competência para exercer os poderes que lhe sejam delegados pelo órgão adjudicante (69.º/2), desde que não sejam competências exclusivas do órgão decisório. Os membros do Júri são nomeados pelo órgão adjudicante, em número ímpar, num mínimo de três efectivos e dois suplentes (67.º/1 e 227.º/1), devendo ser designado, de entre eles, o presidente (67.º/1 e 227.º/1), podendo ser membros do órgão adjudicante (67.º/2).

Por fim, os membros do júri estão sujeitos aos impedimentos e suspeições dos art.ºs 44.º e 48.º do CPA. Também por isso, a identificação dos membros do júri deve ser logo efectuada nos convites ou programas de procedimento, para exercício tempestivo, pelos interessados, dos direitos de requerer a declaração dos respectivos impedimentos, escusas ou suspeições. ■

A. JAIME MARTINS,
Advogado-sócio da ATMJ - Sociedade
de Advogados, RL
a.jaimemartins@atmj.pt

Plano de Pormenor do Parque Mayer pode pôr em risco o Jardim Botânico

O Parque Mayer e a sua zona envolvente já têm uma Proposta de Plano de Pormenor, que foi aberta a discussão pública no passado mês de Novembro. Entretanto, esta proposta tem suscitado muitas críticas de diversas associações, o que culminou com o lançamento de uma petição *online* em Defesa da Missão do Jardim Botânico e pela Revisão da Proposta do Plano de Pormenor do Parque Mayer, Jardim Botânico, Edifícios da Politécnica e Zona Envolvente (www.gopetition.com/petition/39771.html). A Plataforma em Defesa do Jardim Botânico de Lisboa considera o plano desajustado, desintegrado e altamente lesivo para a salvaguarda do quarteirão histórico.

De entre os aspectos negativos levantados estão a maior impermeabilização e edificação da zona, que inclui edificações contíguas ao Jardim Botânico, gerando uma grande pressão.



Obra na rua do Salitre, em plena zona de protecção do Jardim Botânico.

Além disto, são referidos o abate de árvores na zona de protecção do Jardim Botânico para a construção de um estacionamento e a criação de uma barreira visual que não valoriza a Cerca Pombalina. Chama a atenção,

também, para a abertura de um novo percurso pedonal, que liga a rua da Escola Politécnica à rua do Salitre: o resultado disto seria a subtracção de uma parcela do jardim. A estufa que se insere nesta zona seria substituída por um edifício novo. Entretanto, é ressaltada a concordância relativamente à necessidade de um plano de pormenor para a área.

A Plataforma em Defesa do Jardim Botânico de Lisboa é formada pela Associação Árvores de Portugal, pela APAP – Associação dos Arquitectos Paisagistas, pela Associação Lisboa Verde, pelos Cidadãos pelo Capitólio, pelo Fórum Cidadania Lx, pelo Grupo dos Amigos da Tapada das Necessidades, pela Liga dos Amigos do Jardim Botânico, pela OPRURB – Oficinas do Património e da Reabilitação Urbana, pela Quercus - Núcleo de Lisboa e pelo GECORPA.

RSB

Resolução sobre riscos sísmicos é publicada em Diário da República

Foi publicada em Diário da República, no dia 11 de Agosto de 2010, a Resolução n.º 102, intitulada “Adopção de medidas para reduzir os riscos sísmicos”. O documento foi aprovado em Assembleia da República no dia 22 de Julho de 2010.

Dentre os pontos apresentados, destacamos a recomendação de promover junto das autarquias, e com o apoio dos serviços do Estado, a elaboração de Cartas de Risco Sísmico, com o intuito de identificar as zonas mais vulneráveis, assim como as tipologias de edificado mais propícias a danos desta natureza e sua respectiva localização. Os resultados

devem ser apresentados nos planos de ordenamento municipal, de forma a orientar os usos do solo. O documento aconselha também que se proceda a um levantamento da vulnerabilidade sísmica do edificado público, que deve gerar um plano de avaliação e hierarquização das prioridades.

A recomendação refere, também, a elaboração de “um plano nacional de redução da vulnerabilidade sísmica das redes de infra-estruturas industriais, hospitalares, escolares, governamentais, das infra-estruturas de transportes, energia, telecomunicações, gás, água e saneamento e de outros pontos críticos, bem como as

de património histórico e zonas históricas dos núcleos urbanos”.

No que diz respeito às infra-estruturas tuteladas pelo Estado e ao Património histórico-cultural, chama-se a atenção para que sejam realizados programas específicos de intervenção, visando a diminuição da vulnerabilidade sísmica. O documento menciona ainda que seja assegurada a “obrigatoriedade de segurança estrutural anti-sísmica nos programas de reabilitação urbana”.

Para descarregar o documento aceda ao sítio de internet do “Diário da República electrónico”, em www.dre.pt.

RSB

Obra de Michel Giacometti é reeditada 20 anos após a sua morte

No dia 24 de Novembro completaram-se 20 anos da morte de Michel Giacometti. Nascido na Córsega em 1929, este etnomusicólogo foi pioneiro na recolha das tradições musicais populares portuguesas. É uma figura incontornável na defesa e valorização do Património Imaterial. Em 1959, Giacometti chegou a Portugal, e no ano seguinte fundou os arquivos sonoros portugueses, que visavam reunir uma grande quantidade de testemunhos musicais de todo país, algo até então inédito. Adoptou Portugal, onde viveu o resto da sua vida, e onde está sepultado.

A obra de Giacometti é vasta. Fruto dos seus primeiros trabalhos, a "An-

tologia da Música Regional Portuguesa" foi feita em colaboração com Fernando Lopes Graça, em finais dos anos sessenta e inícios dos setenta. Nos cinco volumes desta colecção são apresentados registos das tradições musicais de Trás-os-Montes, Algarve, Minho, Alentejo e Beiras. Seguiram-se, depois, realizações em formatos variados: áudio, vídeo, textos e exposições. Destacamos o contributo dado na génese do Museu do Trabalho, em Setúbal, que hoje tem o seu nome. Também em parceria com Fernando Lopes Graça foi editado, pelo Círculo de Leitores, o "Cancioneiro Popular Português".

A série de televisão "Povo que canta", concebida em parceria com o realizador Alfredo Tropa na década de 70, foi recentemente reeditada em DVD, numa colecção de 12 volumes que abarcam 37 episódios. A produção, feita pela RTP, foi gravada a preto e branco devido às grandes dificuldades técnicas enfrentadas. Na nova edição estão incluídos entrevistas, fotografias e textos de especialistas, que contaram com a coordenação do antropólogo Paulo Lima. O projecto é uma parceria da Tradisom e da RTP, podendo ser adquirido juntamente com o jornal "O Público".

RSB

Linha do Tua permanece com destino incerto

Após a decisão do IGESPAR de arquivar o processo de classificação, o movimento em defesa da linha do Tua apresentou uma providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto com o intuito de suspender o parecer. A alegação dos proponentes da candidatura é a de que uma série de ilegalidades ocorreram no processo, destacando-se a inexistência de audiência prévia. Referem também que houve um grande contraste na forma como o IGESPAR tratou a abertura e o encerramento do processo. Enquanto o procedimento de abertura demorou três meses até ser publicado em Diário da República, o despacho do arquivamento do processo saiu no Diário da República em menos de 10 dias.

Vale a pena lembrar que o parecer emitido no dia 3 de Novembro pela Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura concluiu que a Linha do Tua não tem interesse do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, artístico, etnográfico, científico, técnico e industrial que justificasse a requerida classificação. Mesmo o património imaterial associado à linha férrea não daria razões para uma classificação, podendo ser salvaguardado através de um núcleo museológico, segundo o documento. A construção da barragem na foz do Tua vai submergir 16km de ferrovia,

o que irá inviabilizar qualquer retoma da sua funcionalidade. Inaugurada em 27 de Outubro de 1887, a Linha do Tua ligava o Tua a Mirandela, tendo posteriormente sido ampliada até Bragança (1906). A obra teve como responsável o engenheiro Dinis da Mota, um dos grandes engenheiros portugueses do século XIX, que conseguiu vencer as diversas dificuldades impostas pelo terreno. A linha férrea também serviu de inspiração para diversas obras artísticas, das quais uma das mais recentes é o premiado documentário "Pare, escute, olhe", de Jorge Pelicano.

RSB

Seminário “Cuidar das Casas: a manutenção do Património Corrente”



O ICOMOS-Portugal vai organizar o Seminário “Cuidar das Casas: a manutenção do Património Corrente”, que irá decorrer no Porto, dia 25 de Fevereiro de 2011.

A grande maioria dos encontros científicos tem abordado o património excepcional ou classificado, ficando esquecido o património menor ou corrente, aquele em que habitamos e que conforma a imagem das nossas cidades. No entanto, o cuidado e a preservação informada e consciente deste património constituem um contributo importante para uma mais desejável sustentabilidade urbana, bem como para a promoção de processos de coesão social. Este Seminário constituirá uma oportunidade para o debate e a reflexão sobre o estado dos conhecimentos, divulgando as mais recentes propostas científicas, teóricas e práticas neste âmbito. É dirigido a técnicos, estudantes e investigadores das áreas da arquitetura, da engenharia e de outras profissões envolvidas na reabilitação urbana.

Este evento tem o apoio institucional do GECORPA.

Informações:

E-mail: icomos.porto@gmail.com

http://ncrep.fe.up.pt/ICOMOS_cuidardascasas

6.º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia

Irá decorrer, entre os dias 29 de Agosto e 2 de Setembro de 2011, em Maputo, o 6.º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia. Serão tratados diversos temas no âmbito da engenharia, incluindo a Reabilitação Urbana. O evento é organizado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), pela Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane (FEUEM), e pelas Ordens dos Engenheiros de Portugal e de Moçambique. O período de recepção de resumos termina a 14 de Fevereiro de 2011.

Informações:

FEUP/DEMec

Tel.: 22 508 17 71

E-mail: sg@fe.up.pt

<http://paginas.fe.up.pt/clme/2011>

Lisboa recebe congresso sobre estruturas em madeira

Organizada pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), pela Universidade do Minho e pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, a SHATIS'11 (*International Conference on Structural Health Assessment of Timber Structures*) decorrerá nos dias 16 e 17 de Junho de 2011 em Lisboa. A conferência visa ser um espaço de troca de experiências entre investigadores e profissionais, com enfoque na avaliação e conservação de estruturas de madeira. O evento conta ainda com o apoio da RILEM (International Union of Laboratories and Experts in Construction Materials, Systems and Structures), do ISCARSAH (International Scientific Committee on the Analysis of Architectural Heritage), do ICOMOS, do GECORPA e do IGESPAR, I.P.

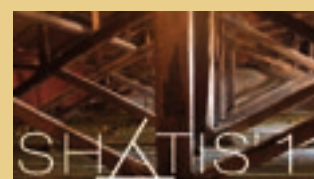
Informações:

Tel.: 21 844 30 71

E-mail:

shatisinfo@lnec.pt

<http://shatis11.lnec.pt>



Congresso Internacional sobre Património Imaterial recebe propostas

O Green Lines Institute e o *International Journal of Heritage and Sustainable Development* organizam o *Sharing Cultures 2011, 2nd International Conference on Intangible Heritage*. O evento irá decorrer em Tomar, entre os dias 3 e 6 de Julho de 2011, no entanto o prazo para a submissão de resumos finda-se no dia 31 de Janeiro de 2011. A conferência, baseada nos tópicos propostos pela Convenção da UNESCO, contará com a presença de investigadores e académicos num espaço voltado para a troca de experiências.

Informações:

Sharing Cultures 2011

e-mail: sc2011@greenlines-institute.org

<http://sc2011.greenlines-institute.org>

Seminário ARP 2010 “Avaliação de Risco em Património: Necessidade ou Luxo?”

Decorreu nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2010, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), o seminário ARP 2010 “Avaliação de Risco em Património: Necessidade ou Luxo?”, co-organizado pelo Núcleo de Conservação e Reabilitação d’Edifícios e Património da FEUP e pela Dr.^a Isabel Raposo de Magalhães, membro do Conselho do ICCROM. Este seminário abordou a temática dos riscos em património móvel e imóvel induzidos por catástrofes naturais, contribuindo para um aumento da cooperação multidisciplinar nesta área e para uma maior consciencialização da sua importância na sociedade. O seminário contou com palestras de especialistas nacionais e internacionais, tais como o Arq.^o Corrado Marsilli, que inte-



grou a Protecção Civil Italiana após o Sismo de L’Áquila de 2009, o Prof. Jonathan Ashley-Smith, especialista em avaliação de risco em museus, e o Arq.^o Rand Eppich do

Getty Institute. Este seminário contou com o apoio e o patrocínio de várias entidades, destacando-se o GECORPA e a Monumenta – Conservação e Restauro do Património, Ld.^a.

GECORPA: 1997-2010

O GECORPA completou, no passado mês de Outubro, o seu 13.^o aniversário. São treze anos ininterruptos de promoção da excelência na conservação dos monumentos e na reabilitação do edificado e, também, de acção cívica em prol da salvaguarda do património cultural do País.

Ao longo deste último ano de actividade o GECORPA tomou várias iniciativas na linha destes grandes objectivos, entre as quais se destacam:

- A exposição feita ao Sr. Ministro da Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no sentido de se promover uma completa revisão do enquadramento legislativo do sector da construção, no sentido de ter em conta a nova realidade deste sector, que se deseja cada vez mais centrada na reabilitação do edificado e da infra-estrutura;
- Os contactos com o IGESPAR tendo em vista promover uma maior exigência de qualificação das empresas que se pretendem dedicarem à conservação do património arquitectónico;

- A alteração dos Estatutos do GECORPA que passaram a permitir a integração de sócios individuais que desenvolvam actividade no âmbito da conservação e restauro do património, abrindo, portanto, a associação à participação activa de singulares;

• O contributo para o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pomalina de Lisboa, que mereceu uma análise cuidada por parte da Direcção do GECORPA, no sentido de alertar para a importância e para as consequências das medidas a adoptar nesta zona histórica lisboeta (*vide Pedra&Cal* n.º 47, p. 47);

- A organização do Encontro “Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade!”, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian no passado dia 18 de Outubro, promovido em colaboração com a Quercus e o ICOMOS Portugal. A forte adesão do público corroborou a premência dos objectivos centrais do Encontro: (1) *evidenciar os múltiplos impactos da cons-*

trução, das opções estratégicas com ela relacionadas e dos sectores de actividade a montante e a jusante, sobre o património natural e o património cultural, em particular na sua vertente património construído a proteger; (2) demonstrar que as estratégias tendentes a conservar o património natural e a reabilitar e valorizar o património construído contribuem, simultaneamente, para a sustentabilidade do sector da construção e para o desenvolvimento sustentável do País.

Estes exemplos demonstram bem o empenhamento do Grémio em prosseguir a sua acção na promoção dos grandes objectivos que se propôs: (1) promover a cooperação na defesa de interesses comuns das empresas, de um melhor ordenamento do sector e de uma adequada regulação do mercado; (2) disponibilizar formação e informação especializadas e a promoção de boas práticas; (3) dar um contributo cívico para o progresso do País, em defesa do património cultural e natural.

EGC

GECORPA, Quercus e Icomos-Portugal promoveram encontro sobre Património e Sustentabilidade



Mesa da Sessão de Abertura: Vítor Cóias, Presidente do GECORPA; Dulce Pássaro, Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território; e Viriato Soromenho-Marques, Coordenador do Programa Gulbenkian Ambiente.

No dia 18 de Outubro o GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, e o ICOMOS Portugal – Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, realizaram na Fundação Calouste Gulbenkian o Encontro “**Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade!**”, que teve o apoio do Programa Gulbenkian Ambiente e o patrocínio da Stap – Reabilitação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A..

O evento pretendeu reflectir e debater a importância da salvaguarda do património natural e cultural como via para a sustentabilidade no ordenamento do território, na gestão do edificado e no sector da construção. A abordagem feita reitera a importância da fusão entre os movimentos de salvaguarda do Património Cul-

tural e da Natureza, ambos ameaçados por um modelo de construção calcado na criação de novos equipamentos. Além disto, constituem um importante vector para o desenvolvimento de uma economia sustentável. Estiveram presentes diversas personalidades envolvidas na problemática tratada no encontro, desde académicos até dirigentes associativos, incluindo também autoridades como a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Dulce Pássaro, e o Secretário de Estado da Cultura, Elísio Sumavielle. Deste modo, foi possível realizar um debate que abarcasse variados aspectos.

Após a abertura do evento, fez uso da palavra Ronan Uhel, da Agência Europeia do Ambiente, que apresentou um balanço do estado da biodiversidade na Europa, chamando a atenção para o valor dos bens e serviços oriundos dos ecossistemas. Deu ainda conhecimento da existência do

Sistema de Informação da Biodiversidade na Europa (<http://biodiversity.europa.eu>). Também abordando a biodiversidade, José Lima dos Santos, do Instituto Superior de Agronomia, centrou a sua participação no valor económico dos ecossistemas. Ainda durante a manhã, iniciou-se o segundo tema do encontro: “**Regresso às cidades – Construir com o construído**”, que teve como oradores Joan Busquets, da Faculdade de Urbanismo e Arquitectura de Barcelona, Álvaro Domingues, da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e Helena Roseta, da Câmara Municipal de Lisboa. Enquanto Joan Busquets expôs a problemática da renovação das cidades na sua apresentação intitulada “**Retro-fitting the city: Theory and Practice**”, Álvaro Domingues reflectiu sobre a descaracterização do campo. Por fim, Helena Roseta traçou um quadro da questão urbanística em Lisboa, focando as zonas prioritárias de intervenção. Depois do almoço, inaugurou-se o tema “**Conciliar construção com salvaguarda – Estratégias para a sustentabilidade na construção**”. Kaarin Taipale demonstrou o impacto da construção nova tanto no que diz respeito ao consumo de energia quanto às emissões de dióxido de carbono. Já Alexandra Gesta partilhou a experiência de 25 anos de reabilitação em Guimarães, processo que culminou com a classificação do centro histórico como património mundial. A ideia de direito à cidade perpassou esta sessão, que contou ainda com uma activa participação da assistência. O clima de debate permaneceu na sessão seguinte, que foi moderada por Luísa Schmidt e contou com os con-



Intervenção de Dulce Pássaro, Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território.



Vista geral do auditório.



Debate com moderação de Luísa Schmidt (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), em que participaram João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), Pedro Bingre (Instituto Politécnico de Coimbra), Manuela Raposo Magalhães (Instituto Superior de Agronomia) e Helena Cluny (Procuradoria Geral da República).



Mesa redonda com Francisco Ferreira da Quercus, José Aguiar do ICOMOS-Portugal, Vítor Cóias do GECORPA e Elísio Summavielle, Secretário de Estado da Cultura.

vidados João Ferrão, Pedro Bingre, Manuela Raposos Magalhães e Helena Cluny. De entre os assuntos tratados destacaram-se as questões relacionadas com o direito do Urbanismo. Finalmente, as conclusões do encontro foram apresentadas numa sessão que reuniu Vítor Cóias, presidente do GECORPA, Francisco Ferreira, vice-presidente da Quercus, José Aguiar, presidente do ICOMOS-Portugal e Elísio Summavielle, Secretário de Estado da Cultura. Francisco Ferreira ressaltou a importância dos ecossistemas e da necessidade de se conferir valor aos mesmos, de modo semelhante ao que ocorre hoje com o mercado do carbono. Neste âmbito chamou a atenção para os riscos inerentes à perda da biodiversidade da Península Ibérica. No que diz respeito às questões urba-

nas, referiu os problemas inerentes à qualidade do ambiente, nomeadamente aos níveis de ruído e qualidade do ar, frutos, em grande medida, de uma forma equivocada de conceber a mobilidade. José Aguiar citou a crise actual que o país vive como uma oportunidade de mudança: é possível utilizar menos recursos para atingir bons resultados. Também atentou à necessidade de uma nova lei dos solos, que impeça a lógica do “crime que compensa”. Já Vítor Cóias defendeu que a reabilitação, como alternativa à construção nova, tem sido travada por vários obstáculos, como um sector da construção demasiado influente e cioso dos seus interesses corporativos e uma cultura em que as expressões “deixar obra feita” e “construir o País” são geralmente tomadas à letra pelos

líderes políticos e por quem os elege. Neste sentido, considera falacioso argumentar que é através da construção que o País se desenvolve. Concluiu que a reabilitação do edificado e da infra-estrutura e a conservação do património cultural construído podem ser importantes catalisadores das mudanças necessárias para a sustentabilidade do País. Por último, Elísio Summavielle elogiou o encontro, expressando o avanço representado pela abordagem transversal que une os Patrimónios Cultural e Natural.

RSB

Para mais informações, acesse o sítio de internet do encontro em <http://construcao-sustentavel.gecorpa.pt>, onde pode ser feito o download das apresentações.

Destaques

| | | |
|---|---|--|
|  | <p>Viver e saber fazer Tecnologias tradicionais na região do Douro – estudos preliminares Autor: Vários Autores</p> <p><i>Viver e saber fazer: tecnologias tradicionais na região do Douro</i> é um projecto experimental co-financiado pelo FEDER – Programa Operacional de Cultura, que tem por objectivo identificar, estudar, preservar e divulgar a memória das tecnologias tradicionais utilizadas na Região do Douro para dar resposta às exigências colocadas no quotidiano pelas actividades produtivas e de subsistência (Da Apresentação). O presente volume publica os resultados desta primeira experiência.</p> | <p>Edição: Fundação Museu do Douro Preço: € 47.50 Código: FMD.E.1</p> |
|  | <p>Património Imaterial do Douro Narrações Oraís: Contos. Lendas. Mitos Vol. 1 – Concelho de Tabuaço Vol. 2 – Concelhos de Carrazeda de Ansiães e Vila Flor Autor: Alexandre Parafita</p> <p>Esta obra é o primeiro impulso visível para um inventário do Património Imaterial do Douro. Nela se apresenta uma vasta recolha e compilação das narrações orais dos concelhos de Tabuaço, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor, acompanhada de um estudo teórico-metodológico e interpretativo desse património. Alexandre Parafita é docente do ensino superior e investigador nos ramos da mitologia e da literatura oral tradicional. Autor de várias dezenas de obras, nos domínios da literatura infanto-juvenil e dos estudos do património imaterial, os seus livros são adoptados e recomendados em escolas e universidades, incluindo o Plano Nacional de Leitura (PNL).</p> | <p>Edição: Fundação Museu do Douro Preço: € 23.00 (cada volume – vendidos em separado) Código: FMD.CP.1 e FMD.CP.2</p> |
|  | <p>100 anos de Património. Memória e Identidade Autor: Vários Autores</p> <p>Integrado nas Comemorações do Centenário da República, este livro lança diversas perspectivas sobre a salvaguarda do património arquitectónico, arqueológico e museológico desde os antecedentes pré-republicanos até à actualidade. Editado pelo IGESPAR, coordenado por Jorge Custódio e composto por textos de mais 42 autores, o livro pretende reflectir sobre a evolução dos conceitos e das práticas do património e inclui as biografias de alguns dos mais destacados intervenientes e uma cronologia de congressos, de organizações e de normas internacionais.</p> | <p>Edição: IGESPAR Preço: € 26.00 Código: IP.C.1</p> |
|  | <p>Terra incognita Discovering and preserving European Earthen Architecture Autor: Vários Autores</p> <p>Trata-se de uma publicação inédita onde se encontram reunidas cerca de uma centena de artigos escritos por especialistas e investigadores de história, antropologia, arqueologia, engenharia, arquitectura e construção em terra. Produto de uma parceria entre cinco universidades europeias e apoiado pelo Programa Europeu “Cultura 2000”, este conjunto de dois livros apresenta um vasto panorama da Arquitectura de Terra na Europa e das suas técnicas de construção e manutenção, num apelo ao seu reconhecimento e preservação.</p> | <p>Edição: Argumentum Preço: € 33.25 Código: A.R.E.8</p> |

Outros títulos à venda na Livraria GECORPA

| | | |
|---|--|--|
| <p>Estruturas mistas de aço e betão Autor: Luís Calado, João Santos</p> <p>Edição: IST Press Preço: € 45.43 Código: IST.M.2</p>  | <p>Sistemas de Construção XII Sistemas de Movimentos de Terras. Processos diversos Autor: Autor: Jorge Mascarenhas</p> <p>Edição: Livros Horizonte Preço: € 21.20 Código: HT.E.47</p>  | <p>Biografia de um Pombalino Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa Autor: João G. Appleton, Isabel Domingos</p> <p>Edição: Edições Orion Preço: € 36.34 Código: O.R.E.7</p>  |
| <p>Habitação de Interesse Social em Portugal 1988-2005 Autor: António Baptista Coelho, Pedro Baptista Coelho</p> <p>Edição: Livros Horizonte Preço: € 23.32 Código: HT.E.45</p>  | <p>Energia Solar em Edifícios Autor: Luíz Ruriz, João Rosendo, Fernando Lourenço, Kathrin Calhau</p> <p>Edição: Edições Orion Preço: € 38.37 Código: O.R.E.8</p>  | <p>Revista “Monumentos” Vila Real de Santo António, a cidade ideal Autor: Vários Autores</p> <p>Edição: IHRU Preço: € 25.00 Código: IH.PP.2</p>  |

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt.
 Faça a sua encomenda por e-mail (info@gecorpa.pt) ou online na Livraria Virtual.

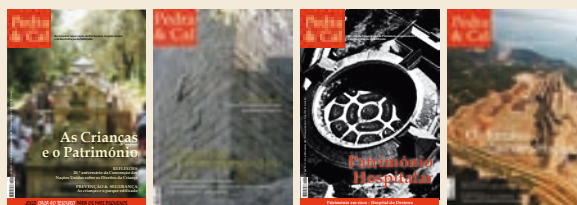
Os associados do GECORPA e os assinantes da Pedra & Cal têm 10% desconto.*

* excepto nas promoções e nas revistas *Pedra & Cal*



CD-ROM Pedra & Cal
- 5 Anos (1998 - 2003)
€ 10

Assinatura anual da Pedra & Cal



Novo preço de assinatura - **€ 20**
Assinatura anual de estudante - **€ 17**

**Pedra
& Cal**

Traga um novo assinante
e receba como oferta



**Promoção de 4 números da
Pedra & Cal à sua escolha**
€ 12



Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro
do património na Europa ou o Manual de Educação
Patrimonial para crianças

Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 25, 26 e 27 encontram-se esgotados.

Assinaturas

- ☐ Assinatura anual de 4 números da *Pedra & Cal* - € 20 (portes incluídos)
☐ Assinatura anual de estudante de 4 números da *Pedra & Cal* - € 17 (portes incluídos; mediante envio de cópia de documento comprovativo de estudante)
Assinatura a partir do n.º ____

Promoções

- ☐ "Traga um novo assinante" e receba como oferta o ☐ Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro do património na Europa
ou o ☐ Manual de Educação Patrimonial para crianças
☐ CD-ROM *Pedra & Cal* - 5 Anos (1998 - 2003) - € 10
☐ 4 números da *Pedra & Cal* à sua escolha, n.ºs ____, ____, ____, ____ - € 12 (acrescem € 2,50 de portes de envio; promoção válida para os
números anteriores a 2008)

Boletim de Assinatura

Nome _____
Endereço _____
Código Postal _____ - Localidade _____
Telefone _____ E-mail _____
N.º contribuinte _____ Actividade / Profissão _____

Promoção "Traga um novo assinante"

Preencha o boletim de assinatura com os dados do novo
assinante e indique aqui os seus dados:

Nome _____
Endereço _____
Código Postal _____ - Localidade _____
Telefone _____ E-mail _____
N.º contribuinte _____ Profissão _____

Modalidade de pagamento

- ☐ NIB: 0033 0000 0022 8202 78305 (Agradecemos o envio do comprovativo de pagamento por e-mail ou fax)
☐ Cheque à ordem de GECORPA, n.º _____, sobre o Banco _____

Fotocopie este cupão e envie-o preenchido para:

GECORPA . Rua Pedro Nunes, n.º 27 - 1.º Esq.º, 1050 - 170 Lisboa . E-mail: info@gecorpa.pt . Fax: 213 157 996

GRUPO I - Projecto, fiscalização e consultoria



BETAR - Estudos e Projectos de Estabilidade, Ld.^a

Projectos de estruturas e fundações para reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas e conservação e restauro do património arquitectónico.



LEB - Projectistas, Designers e Consultores em Reabilitação de Construções, Ld.^a

Projecto, consultoria e fiscalização na área da reabilitação do património construído.



PENGEST - Planeamento, Engenharia e Gestão, S. A.

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Gestão, consultoria e fiscalização.



Strutt Património, Ld.^a

Coordenação e gestão de intervenções em património. Gestão, consultoria e fiscalização na área da reabilitação de edifícios e património arquitectónico. Projecto geral de reabilitação e eficiência energética na recuperação e renovação de construções antigas.



Trimétrica Engenharia, Ld.^a

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



VHM - Coordenação e Gestão de Projectos, S. A.

Projecto geral de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



VICTOR NEVES - Arquitectura e Urbanismo, Ld.^a

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.

GRUPO II - Levantamentos, inspecções e ensaios



ERA - Arqueologia - Conservação e Gestão do Património, S. A.

Conservação e restauro de estruturas arqueológicas e do património arquitectónico. Inspecções e ensaios. Levantamentos.



OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade de Estruturas e Fundações, Ld.^a

Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III - Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



Alfredo & Carvalho, Ld.^a

Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



AOF - Augusto de Oliveira Ferreira & C., Ld.^a

Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.



Arquinave - Sociedade de Construções, S. A.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Atelier Samthiago, Ld.^a

Projecto de conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejos; Cantarias (limpeza e tratamento); Dourados; Esculturas de pedra; Pinturas decorativas; Rebocos e estuques; Talha



BEL - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Coberplan, Ld.^a

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Construções Borges & Cantante, Ld.^a

Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.



CRERE - Centro de Restauro, Estudo e Remodelação do Espaço, Ld.^a

Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejo, cantaria, douramento, escultura policromada, pintura de cavalet e pintura mural. Rebocos tradicionais, estuques e gessos artísticos. Serralharias artísticas, talha dourada e policromada. Vidro e vitral.



CVF - Construtora de Vila Franca, Ld.^a
Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.



EL&A - Edificadora Luz & Alves, Ld.^a
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Empripar - Obras Públicas e Privadas, S. A.
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



In Situ - Conservação de Bens Culturais, Ld.^a
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Matias & Ávilas, Ld.^a
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a
Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Conservação e reabilitação de património arquitectónico. Conservação de rebocos, estuques e pinturas.



Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.^a
Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.



NAESTEIRA - Sociedade de Urbanização e Construções, S. A.
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Policon - Construções, S. A.
Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.



Poliobra - Construções Cívicas, Ld.^a
Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.



Quinagre Construções, S. A.
Construção de edifícios. Reabilitação. Consolidação estrutural.



Somafre - Construções, S. A.
Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.



Somague - Engenharia, S. A.
Serviço de Engenharia Global - Obras Públicas e Construção Civil.



STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A.
Reabilitação de estruturas de betão. Consolidação de fundações. Consolidação estrutural.



STB - Reabilitação do Património Edificado, Ld.^a
Reparação e reforço de estruturas. Reabilitação de edifícios. Inspeção técnica de edifícios e estruturas. Instalação de juntas. Pintura e revestimentos industriais.

Para mais informações sobre os associados GECORPA, as suas actividades e os seus contactos, visite a rubrica "Associados" no nosso sítio www.gecorpa.pt.

GRUPO IV - Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



Henriques Duque, Ld.^a
Impressão digital sobre azulejo. Para parede interior e exterior, reprodução de quaisquer padrões, desenhos, fotos, cores ou texturas. Recuperação de património: réplicas de azulejos, azulejos novos com aspecto antigo.



ONDULINE - Materiais de Construção, S. A.
Produção e comercialização de materiais para construção.



Tintas Robbialac, S. A.
Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.



Umbelino Monteiro, S. A.
Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitectónico e construções antigas

O Mar foi ontem o que o património pode ser hoje!

*Escrevo mediterrâneo
Na serena voz do Índico
Sangro norte
Em coração do sul
Na praia do oriente
Sou areia náufraga
De nenhum mundo
Hei-de
Começar mais tarde
Por ora
Sou a pegada
Do passo por acontecer*

Poema Mestiço, de Mia Couto

São raríssimas as declarações internacionais, ainda mais na área da conservação, que se iniciam com um poema. São também muito poucos os documentos de referência subscritos por delegados de 25 países que se comprometem a partilhar esforços no (re) conhecimento e na salvaguarda do património de origem, ou de influência partilhada, de um pequeno país europeu, que se espalhou pelos quatros cantos do mundo.

O poema acima citado é de Mia Couto e inicia a Declaração de Coimbra que marca a fundação da Rede WHPO ocorrida na conclusão do segundo encontro internacional *World Heritage Portuguese Origin* (WHPO), concretizado entre 23 e 26 de Outubro de 2010 na Universidade de Coimbra, a partir de então o centro e a sede de uma nova rede de cooperação entre todos os países que detêm património de origem ou influência cultural portuguesa.

Sempre em eterna crise, com cada vez menos recursos económicos, teremos no futuro imensas dificuldades em apoiar financeiramente a conservação activa da nossa partilhada memória e os seus testemunhos físicos, sobretudo aqueles que se fixaram numa arquitectura e num urbanismo mestiços, espalhados por tantas latitudes. No entanto investigar, publicar, avaliar, inventariar e depois classificar

hierarquicamente no quadro de uma (boa) norma, são formas de, sempre sem as tocarmos directamente, poder retomar as produções de outros tempos e salvaguardá-las. O conhecimento é, pois, o início do processo de resistência ao tempo e aos homens; o processo que tornará possível no futuro o restauro, que nos devolverá o valor documental e o êxtase artístico ou simbólico, e que permitirá – onde seja adequado e possível, – reabilitar para novas funções (a arquitectura, para o ser, deverá ser sempre uma arte funcional).

Todos sabemos bem que a produção e a partilha de conhecimento são dos mais importantes factores da salvaguarda: o conhecimento responsabilizará eternamente quem vandaliza e oblitera! Parece-me uma evidência constatar que a estupidez será sempre atrevida, mas, apesar dela, o vandalismo tem sempre de se refrear quando sabemos muitos (desejavelmente todos) o grande valor das coisas que merecem esse valor (de se constituírem como o nosso património comum).

A Rede WHPO orienta-se sobretudo para esta partilha do conhecimento e para a divulgação dos saberes que fundamentam o essencial da conservação, i.e., os processos de reelaboração da memória e de (re)significação que informam as nossas (diversas) teorias de valores (assim mais partilhadas e mais universais ainda).

A geração desta rede WHPO começou em 2003 quando o Director do Património Mundial, Francesco Bandarin, propôs uma parceria entre os representantes do ICOMOS de Portugal, do Brasil e do México, para apoiar o surgimento de comités nacionais do ICOMOS e a aplicação da Convenção do Património Mundial a países africanos de língua portuguesa. O ICOMOS-Portugal, em alternativa, defendeu uma geografia de parcerias mais amplas, uma rede aberta

para o vasto território da influência histórica e cultural portuguesa.

A Universidade de Coimbra, ela própria a protagonizar uma candidatura para inscrição na lista do património mundial – candidatura que se baseia nos valores da sua própria universalidade enquanto centro de excelência na produção e transmissão de conhecimento pelo mundo (Coimbra foi durante séculos a única Universidade do Império) – tornou-se o verdadeiro motor deste projecto, organizando em estreita parceria com a Comissão Nacional da UNESCO, o Ministério da Cultura e o ICOMOS-Portugal e, agora, com o apoio do Turismo de Portugal.

Em 2006 concretizou-se em Coimbra o primeiro encontro internacional WHPO; agora, em 2010, num segundo encontro na mesma (univer)cidade, delegados do Brasil, Marrocos, Argentina, Uruguai, Paraguai, México, Uruguai, Benim, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Região de Macau (China) Irão, Índia, Sri Lanka, Holanda, Malta, Espanha, Moçambique, Quénia, Tanzânia, Gana, Gâmbia, Angola e Portugal assinaram a Declaração de Coimbra que fundou a rede WHPO (a Comissão Instaladora é presidida pelo ICOMOS Brasil e a sua sede será a Universidade de Coimbra).

Os contributos do I e do II Encontros WHPO (documentos de referência, comunicações, etc.) já estão disponíveis em <http://www.uc.pt/whpo> ...a memória do futuro do património universal de origem ou influência portuguesa irá (re)construir-se agora, acreditando em Mia Couto quando nos diz que “O mar foi ontem o que o património pode ser hoje, [e que] basta vencer alguns Adamastores”. ■

JOSÉ AGUIAR,
Arquitecto
(colaboração de Ana Paula Amendoeira)

CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação há cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.



1. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA CALÇADA DA ESTRELA
2. CAPELA NA BASE AÉREA N.º 1 - SINTRA
3. MORADIA EM SINTRA
4. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
5. EMBAIXADA DA SUÍÇA
6. EMBAIXADA DO LUXEMBURGO
7. ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO EM BENFICA
8. EMBAIXADA DA ALEMANHA



10 bons motivos

para a sua empresa se associar ao GECORPA



1 EXPERIÊNCIA

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.



2 REPRESENTATIVIDADE

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.



3 PUBLICAÇÕES

Revista Pedra & Cal. Desconto nas publicações vendidas na Livraria Virtual (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).



4 PUBLICIDADE E MARKETING

O GECORPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista Pedra & Cal, até aos seminários e certames onde participa. Condições vantajosas na publicidade da Pedra & Cal. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



5 INFORMAÇÃO

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.



6 GESTÃO DA QUALIDADE

O GECORPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

7 CONCORRÊNCIA LEAL

O GECORPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.



8 REFERÊNCIA

Muitos donos de obra procuram junto do GECORPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 FORMAÇÃO

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.



10 PRESENÇA NA INTERNET

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego on-line dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.

